

**“EMANCIPAÇÃO”?**

**UMA REFLEXÃO SOBRE A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE  
PESSOAL E A SUA RELAÇÃO COM O GÉNERO**

**Ana Rita Boino Silva Santana dos Santos**

**Dissertação de Mestrado em Estudos sobre mulheres.**

**As mulheres na sociedade e na cultura**

**Setembro, 2018**

Dissertação apresentada para o cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em *Estudos sobre mulheres. As mulheres na sociedade e na cultura*, realizada sob a orientação científica de Professora Doutora Zília Osório de Castro e Professora Doutora Isabel Henriques de Jesus.

## Agradecimentos

Gostaria de agradecer, em primeiro lugar às minhas orientadoras, as professoras Isabel e Zília, cujas opiniões e questões apimentaram a discussão e contribuíram para o seu enriquecimento, e cujo feedback aumentou a qualidade desta dissertação. Foi um grande prazer pensar em conjunto sobre todas estas temáticas.

Agradeço à Kim e à Cathy a revisão do abstract. À Joana, os materiais de fora da academia, que me ajudaram a questionar aprendizagens e a complementar pontos de vista.

À Teresa o auxílio em tornar estas reflexões pessoais e emotivamente vivas. Aos meus pais, o apoio entusiástico feminista da minha mãe, e mais intrigado mas presente do meu pai.

Ao Ricardo a compreensão do investimento temporal que envolveu escrever esta dissertação, todo o apoio e amor nos dias criativos e igualmente nos mais extenuantes, e o empenho em reflectir comigo, em conversas que começam com “achas que os homens são...”, ou “enquanto homem identificas-te com...”.

E ainda, às colegas e professores do primeiro ano de mestrado, que me mostraram, muitas vezes sem o saber, mais sobre estas questões, do que eventualmente possam imaginar.

Um grande obrigada.

## “Emancipação?”

Uma reflexão sobre a construção da identidade pessoal e a sua relação com o género.

Rita Santana dos Santos

### Resumo

Nos actuais estudos e movimentos feministas dominam as teorias do género enquanto construção social, cultural e linguística. Contudo, também é possível encontrar teorias de determinismo biológico e psicologia evolutiva. Mas em ambos os lados da argumentação, o género é sempre considerado enquanto determinado por algo, a sociedade ou a biologia. Esta dissertação questiona esse determinismo, e interroga qual o lugar do sujeito, procurando a sua voz activa na construção do seu próprio género. Serão procuradas respostas nas teorias da construção da identidade pessoal, neurocientíficas e psicanalíticas. A análise destas teorias permitirá alargar as hipóteses sobre a construção do género, assim como contribuir para o entendimento dos conflitos entre teóricos desta área de estudo, nascendo assim uma proposta biopsicossocial do género, que convida a uma reflexão sobre o significado mais profundo da palavra “emancipação”.

Palavras chave: Género, identidade pessoal, self verdadeiro, emancipação, feminismo

## “Emancipation?”

A reflection on the construction of personal identity in relation to gender

### Abstract

In today's feminist studies and movements, theories of gender as a social, cultural and linguistic construct predominate. However, there are also theories of biological and evolutionary psychological determinism. But on both sides of the discussion, gender is always considered to be determined by something: society or biology.

This dissertation questions this determinism, and asks what is the place of the individual, searching for an active role in the construction of their own gender. Answers will be sought in the neuroscientific and psychoanalytic theories of personal identity construction. The analysis of these theories aims to broaden the hypothesis of gender construction, and to contribute to the understanding of the theoretic conflicts in this area, offering a biopsychosocial proposal of gender, that invites reflection of a more profound meaning of the word “emancipation”.

Key words: gender, personal identity, true self, emancipation, feminism

## Índice

Introdução.....	1
<b>I. Feminismo da equidade e feminismo do género: entre a igualdade de direitos e a igualdade de ser.....</b>	<b>5</b>
I.1. O debate científico: entre os factores biológicos e os sociais.....	5
I.1.1. Pinker e a defesa dos factores biológicos .....	5
I.1.2. Cronin e o contributo da psicologia evolutiva.....	7
I.1.3. Spelke e a defesa dos factores sociais.....	9
I.1.4. O debate biossocial.....	12
I.2. Para além da ciência: Feminismo do género e pós-modernismo.....	14
I.3. Questões e reflexões.....	17
<b>II. A construção da identidade.....</b>	<b>19</b>
II.1. Neurociências e identidade.....	19
II.1.1. O si nuclear e o si autobiográfico.....	19
II.1.2. Hereditariedade, cultura e experiências únicas.....	21
II.1.3. Remodelação do si autobiográfico.....	21
II.1.4. Processos não-conscientes.....	22
II.1.5. Homeostasia, sentimentos e subjectividade.....	23
II.1.6. A mente cultural e as culturas humanas.....	25
II.2. Psicanálise e identidade.....	28
II.2.1. Saúde mental enquanto maturidade emocional.....	29
II.2.2. O início.....	30
II.2.3. “Ambiente suficientemente-bom” .....	31
II.2.4. Self verdadeiro e self falso.....	33
II.2.5. Estabelecimento do estatuto unitário e diferenciação do self.....	35
II.2.6. Posição depressiva e capacidade de preocupação.....	36
II.2.7. Estilo paranóide.....	38
II.2.8. Criatividade e brincar.....	39

<b>III. Algumas reflexões sobre o género à luz das neurociências e da psicanálise.....</b>	<b>40</b>
III.1. Género social e falso self.....	40
III.2. Género biológico, disposições precoces e diferenças evolutivas.....	44
III.3. Feminismo do género, patriarcado, resistência à mudança e expectativa persecutória.....	50
III.4. Feminismo radical e dificuldades relacionais.....	54
III.5. Pós-modernismo, censura cultural e relação subjectiva com a realidade externa.....	57
<b>IV. Perspectivas de futuro e sugestões.....</b>	<b>65</b>
IV.1. Perspectivas académicas.....	65
IV.2. Perspectivas políticas: promoção de ambiente suficientemente-bom.....	66
IV.3. Perspectivas educacionais: educação para o elemento e para o <i>grit</i> .....	67
IV.4. Perspectivas psicanalíticas e psicoterapêuticas.....	71
Considerações finais.....	74
Referências.....	76
<b>Anexos.....</b>	<b>80</b>
Tabelas.....	80
Tabela 1.....	80
Tabela 2.....	80
Tabela 3.....	81
Tabela 4.....	81
Figuras.....	83
Figura 1.....	83
Figura 2.....	83

## Introdução

Em termos gerais, o movimento feminista nasceu da defesa da igualdade de direitos entre homens e mulheres. A sua primeira vaga, com a luta pelo sufrágio universal, deu origem ao que Sommers (1994) designa de “feminismo da equidade”<sup>1</sup>, igualmente apelidado de feminismo clássico, liberal ou humanista, que advém da tradição Iluminista, e exigia que as mulheres tivessem os mesmos direitos que os homens. Este movimento, centrado em reformas legais e cuja principal orientação era a oposição à discriminação sexual, conquistou as leis relativas ao sufrágio, à detenção de propriedade, ao divórcio, à custódia de crianças, à educação e, mais tarde, ao direito ao aborto. A “‘equity’ feminist wants for women what she wants for everyone: fair treatment, without discrimination” (Sommers, 1994, p. 22).

Contudo, a mesma inspiração inicial, deu origem a desenvolvimentos distintos. A inexistência das mulheres nas diferentes áreas profissionais e o total desconhecimento da psicologia feminina, conduziu as feministas à busca daquela que seria a essência feminina. Na defesa de que as mulheres teriam direito a existir na sua diferença, a valorização da escrita feminina (Cixous, Cohen & Cohen, 1976; Woolf, 1929), ou da sexualidade das mulheres (Irigaray, 1977) estavam na ordem do dia. Contudo, à medida que algumas feministas se foram apercebendo de que o género também é uma construção cultural e não necessariamente um determinante anatómico, desenvolveu-se um pensamento centrado exclusivamente na análise dos factores sociais que determinam o género e as relações de poder entre os géneros. Inspirado em Simone de Beauvoir e na sua ideia de que “não se nasce mulher, torna-se mulher”, central na sua obra “O segundo sexo” (Beauvoir, 2016), este pensamento do género enquanto construção social, nascido na segunda vaga do feminismo, entrou pela terceira vaga, à qual já pertencem as teorias *queer*, chegando ao ponto de colocar em causa as próprias diferenças biológicas entre os sexos (Butler, 2017). De acordo com Sommers (1994), foi deste modo que nasceu o “feminismo do género” que

---

<sup>1</sup> Sommers (1994) define “feminismo da equidade” em oposição a “feminismo do género”. Embora hoje a equidade seja entendida enquanto adaptação de uma regra num caso específico para a promoção de justiça, a definição de Sommers não parece incluir esta ideia, uma vez que, na sua concepção, as feministas da equidade apenas desejam que as leis se apliquem de igual modo a homens e mulheres, não necessitando as mulheres de maior protecção que a da igualdade legislativa. Nesse sentido, hoje talvez fizesse sentido substituir “feminismo da equidade” por “feminismo da igualdade de direitos” para melhor descrever a sua ideia (assim como mais adiante nesta dissertação iremos opor igualdade de direitos e igualdade de ser). No entanto, iremos manter os termos originais da autora, salvaguardando nesta nota o seu significado.



afirma que todas as mulheres, incluindo as que se encontram nas sociedades ditas modernas, continuam escravas de um sistema de dominação masculina, onde “bi-sexual infants are transformed into male and female gender personalities, the one destined to comand, the other to obey” (Bartky, 1990, citado por Sommers, 1994, p. 22). As feministas do género centram-se em mudar e encontrar alternativas para as instituições androcêntricas que prevaleceram na educação e no trabalho. E quando a alternativa se apresenta ginocêntrica, o feminismo do género associa-se ao feminismo radical. De acordo com a autora, o feminismo do género surgiu quando, no final dos anos 60, o feminismo se afastou da filosofia liberal do Iluminismo, para se aliar a uma filosofia mais radical e anti *establishment*, à medida que os estudantes liam Marcuse, Marx, Fanon e Sartre, aprendendo a criticar as suas instituições e culturas de novos modos, e começando a ver a academia e o governo como partes de um *status quo* defeituoso. E ao olhar para a sociedade sob o prisma do género, estas feministas defenderam que a política é essencialmente sexual, que as supostas democracias são hegemonias masculinas, e passaram a ver as relações com os homens em termos políticos. De acordo com a autora, o feminismo do género tornou-se a ideologia preponderante entre filósofas feministas contemporâneas e líderes de movimentos das mulheres (Sommers, 1994).

Pinker (2002) explica que o feminismo do género opõe-se à tradição do liberalismo clássico, iluminista, e alia-se ao marxismo, ao pós-modernismo e ao construtivismo social, tendo-se tornado a crença de muitos programas de estudos sobre as mulheres e organizações feministas. O autor esclarece que o feminismo da equidade é uma doutrina moral sobre o tratamento igual, que não se debruça sobre questões empíricas de biologia e de psicologia. E o feminismo do género é uma doutrina empírica que se baseia em três afirmações sobre a natureza humana: que as diferenças entre homens e mulheres não se devem à biologia, pois são socialmente construídas na sua totalidade; que o único motivo social por trás dos processos humanos é o poder, e que a vida social pode ser entendida pela forma como este é exercido; e que as interações surgem não de pessoas a relacionar-se com pessoas, mas de grupos a lidar com grupos, neste caso, o género masculino a lidar com o género feminino. O autor afirma que “Anyone familiar with academia knows that it breeds ideological cults that are prone to dogma and resistant to criticism. Many women believe that this has now happened to feminism” (Pinker, 2002, p. 341). Defende que as feministas do género estão a boicotar o feminismo, uma vez que a sua colisão com a ciência

repele muitas mulheres. Mas afirma que, apesar da sua visibilidade, as feministas do género não falam por todas as feministas, e menos ainda por todas as mulheres.

Uma consequência deste movimento foi a substituição do termo “sexo” pelo termo “género”, no discurso politicamente correcto da actualidade (Archer & Lloyd, 2002). Alteração que se deve à intenção de enfatizar as diferenças culturais entre homens e mulheres, em detrimento das biológicas. Neste sentido, “sexo” refere-se às diferentes biologias de homens e mulheres e “género” é entendido como a parte cultural do que significa ser homem ou mulher. Contudo, Archer & Lloyd (2002), afirmam que “first, it is doubtful whether the term “sex difference” ever did imply a biological origin for the character under consideration, and, even if this were the case, replacing it by “gender” to signify that all such differences are cultural in origin replaces one set of dubious assumptions with another” (Archer & Lloyd, 2002, p. 17).

Contudo, apesar da tendência actual dos “estudos de género” em enfatizar os factores sociais e culturais na construção do género, acima dos biológicos, os argumentos de ambas as facções continuam presentes em questões centrais da actualidade, o que revela que o debate está longe de resolvido. Será esta distinção entre sexo e género um artifício metodológico que permite um estudo mais aprofundado do tema, ou uma premissa errada que produz argumentos inconciliáveis e impasse no conhecimento científico? Os termos actualizam-se, mas os argumentos seguem linhas de raciocínio semelhantes. Quando o movimento se afasta da pura equidade para se debruçar sobre o género, os debates entre diferencialistas e universalistas, entre natureza e cultura, ou entre igualdade de direitos e igualdade de ser<sup>2</sup>, embora apresentem especificidades, são, em muitos aspectos, idênticos. Contudo, a tendência para analisar o género unidisciplinarmente, ora favorecendo factores sociais, ora biológicos, mas invulgarmente ambos, não tem contribuído para o avanço no seu entendimento. Nesta estratégia metodológica – “modelo dos efeitos principais”<sup>3</sup> – o cientista crê que a variável sob investigação, biológica ou social, é a que tem maior influência no comportamento investigado – o género.

A posição defendida nesta dissertação é de que historicamente fez sentido que após tanto tempo de aprisionamento das mulheres fundamentado pela biologia, esta ciência tenha sido excluída do feminismo, para ser enfatizada a construção social do género. Foi

---

<sup>2</sup> Fairness vs sameness.

<sup>3</sup> Main effects model (Archer & Lloyd, 2002).

uma atitude de ruptura necessária, que se revelou construtiva perante barreiras tão intransponíveis, tal como hoje sabemos que aconteceu na História das mulheres. Contudo, após o momento em que esta atitude foi necessária e útil, a mesma postura já não pode ser frutífera. A actual exclusão da biologia – e de outras disciplinas – dos programas de estudos das mulheres e a ênfase actual exclusiva no género enquanto construção social, apenas permite uma visão parcial do fenómeno que, pela sua incompletude, se volta contra os propósitos do próprio feminismo, no sentido da igualdade de direitos. E uma estratégia que foi produtiva no momento certo, pode tornar-se estéril se permanecer rigidamente inalterada. Esta dissertação pretende defender que o futuro dos movimentos feministas terá de passar pelo reconhecimento e estudo da multidimensionalidade do género, pois só a compreensão global do fenómeno permite a construção de soluções eficazes, estando as visões parciais destinadas a soluções falhadas, que não abrangem a totalidade e causalidade das problemáticas em questão.

Outra questão que se torna relevante, é que ambos os argumentos, biológicos e sociais, baseiam-se em dados grupais, pouco revelando sobre como estas diferenças se processam a nível individual. E a questão que se torna central nesta dissertação é o facto de estas teorias enfatizarem um determinismo biológico, ou social, que atribui pouca ou nenhuma possibilidade de escolha ao indivíduo. Esta posição, maioritariamente defendida na actualidade, que reduz o indivíduo a uma atitude passiva face à socialização genderizada constituiu a força motriz de pesquisa da presente dissertação. Recorrendo a Damásio, o “desconforto” sentido pela autora desta dissertação, perante esta ideia do indivíduo passivo, sinalizou a detecção crítica de discrepâncias que conduziram à procura de uma aproximação à verdade. E explorando a construção da identidade pessoal, procurou-se compreender qual a relação do indivíduo com o género. Nesta busca, foram utilizados os conhecimentos das neurociências e da psicanálise, e é a partir da intersecção destas teorias com as do género que se vão lançar questões e colocar hipóteses sobre a construção biopsicossocial do género e sua relação com a identidade pessoal em cada indivíduo.

## **I. FEMINISMO DA EQUIDADE E FEMINISMO DO GÉNERO: ENTRE A IGUALDADE DE DIREITOS E A IGUALDADE DE SER<sup>4</sup>**

*The truth cannot be sexist.* Steven Pinker

Neste capítulo pretende-se descrever as actuais teorias presentes nos estudos de género, sendo a reflexão crítica das mesmas realizada apenas no terceiro capítulo desta dissertação.

### **I.1 O debate científico: entre os factores biológicos e os sociais**

Um bom representante da actual controvérsia sobre a influência dos factores biológicos e sociais no género, pelo foco na literatura relevante e variedade de argumentos apresentados, é o debate entre Steven Pinker e Elisabeth Spelke, que teve lugar na Universidade de Harvard, intitulado “The science of gender and science” (Pinker & Spelke, 2005). Neste debate, os professores são convidados a responder à questão da sub-representação das mulheres nas ciências da física, matemática e engenharia. Deste modo, são apresentados os argumentos biológicos e sociais mais pertinentes relativamente às diferenças entre os sexos/géneros. E o facto de ambos serem psicólogos cognitivos revela como as discordâncias sobre esta temática não existem apenas entre diferentes disciplinas, mas entre investigadores com diferentes interpretações dos mesmos dados, dentro da mesma área.

#### **I.1.1 Pinker e a defesa dos factores biológicos**

Pinker defende que é necessário distinguir a afirmação moral de que as pessoas não devem ser discriminadas em função do seu sexo – que será o centro do feminismo – da afirmação empírica de que homens e mulheres são biologicamente indistinguíveis. E que a ciência não pode ser aceite apenas se estiver de acordo com a agenda política feminista. Deste modo, é da opinião que a inexistência de um rácio de 50:50 de homens e mulheres em determinada área ou profissão, só é sinónimo de discriminação se os interesses e

---

<sup>4</sup> Fairness vs sameness.

aptidões de ambos os géneros forem estatisticamente iguais. Caso contrário, poderá ser resultado de escolhas pessoais com base em diferentes motivações e capacidades, e não de sexismo. De acordo com a literatura apresentada pelo professor<sup>5</sup> existem seis áreas onde os estudos de meta-análise identificam as principais diferenças estatísticas entre homens e mulheres: ao nível das prioridades de vida, dos interesses, da procura do risco, da capacidade de transformações espaciais, do raciocínio matemático e da variabilidade.

Numa breve síntese, estes estudos demonstram que em média 1) os homens têm maior probabilidade de procurar o estatuto em detrimento da família – por exemplo, raparigas igualmente talentosas em matemática face aos colegas rapazes, priorizam a possibilidade de trabalhar a tempo parcial, viver junto de familiares, fomentar amizades e ter uma vida com significado espiritual, enquanto os colegas rapazes preferem uma carreira de sucesso e a tempo inteiro, auferindo um elevado salário. As pessoas com muito sucesso numa área são competitivas e focam-se num único objectivo, sendo os homens, e não as mulheres, quem tem maior probabilidade de querer trabalhar um maior número de horas; 2) os homens interessam-se mais por coisas e as mulheres por pessoas, diferença que determinará não apenas quem escolhe as ciências, mas sobretudo que ciências são escolhidas: nos EUA, em 2001, as mulheres representam 65% dos doutorandos em educação, 54% em ciências sociais, 47% em ciências da vida, 26% em física e 17% em engenharia<sup>6</sup>. O que manifesta o continuum entre pessoas ou seres vivos de um lado e objectos inanimados do outro; 3) os homens apresentam maior probabilidade de correr riscos, tanto intelectuais, como práticos; 4) demonstram maior capacidade para realizar rotações mentais tridimensionais; 5) são melhores a resolver problemas matemáticos, enquanto as mulheres são melhores em cálculo; e 6) apresentam maior variabilidade estatística que as mulheres, o que significa que, em termos médios existem poucas

---

<sup>5</sup> Para uma consulta detalhada, ver Pinker & Spelke (2005).

<sup>6</sup> Em Portugal, em 1998 e 2016, as mulheres representaram, respectivamente, 78,4% e 80% das matrículas no ensino superior em educação; 74,1% e 76,8% em saúde e protecção social; 68,4% e 57,8% em artes e humanidades; 59,6% e 58,8% em ciências sociais, direito e comércio; 46,8% e 45,4% em ciências, matemática e informática; 28,8% e 26,7% em engenharia, indústrias transformadoras e construção (PORDATA, n.d.). Estes dados revelam uma distribuição das mulheres pelas áreas de estudo semelhante à descrita por Pinker, nos EUA. Uma análise longitudinal, revela um ligeiro aumento das diferenças de género nos extremos, ou seja, onde as mulheres já se encontravam mais representadas a sua percentagem aumentou (educação, e saúde e protecção social) e onde se encontravam menos representadas a sua percentagem diminuiu (ciências, matemática e informática, e engenharia, indústrias transformadoras e construção). Na Europa as oscilações longitudinais vão tanto na direcção do aumento como da diminuição das diferenças de género, dependendo do país, contudo, o que se salienta nestes dados é a sua estabilidade, revelando que homens e mulheres tendem a matricular-se aproximadamente nas mesmas áreas ao longo de 18 anos.

diferenças entre homens e mulheres, mas que os homens têm maior representação nos extremos, tanto inferior como superior. Variabilidade que tem sido reportada por vários biólogos desde Darwin, em diversas espécies.

Contudo, Pinker assume que a grande questão sobre estas diferenças, prende-se com a sua origem inata ou adquirida. E apresenta vários argumentos na defesa de que a contribuição biológica é superior a zero, entre os quais o facto de que existem diferenças biológicas entre os sexos ao nível hormonal e cerebral; de que algumas diferenças entre os géneros são igualmente observadas noutros mamíferos, nomeadamente, o maior investimento das fêmeas nas crias, a maior agressividade nos machos, e o facto de macacos bebés também preferirem brincar com objectos de acordo com o seu sexo; ou o facto de meninas expostas a quantidades mais elevadas de androgénio na vida intrauterina, desenvolverem posteriormente preferências tipicamente masculinas na escolha dos brinquedos (veículos e armas), nos padrões de brincadeira (mais competitivas e menos cooperativas) e nos interesses ocupacionais.

### I.1.2 Cronin e o contributo da psicologia evolutiva

Antes da apresentação dos argumentos de Spelke, iremos apenas referir o contributo da psicologia evolutiva para o entendimento das diferenças acima descritas. De acordo com a filósofa darwinista Elena Cronin (2008), as diferenças que hoje encontramos entre homens e mulheres, são o resultado de 800 milhões de anos de diferenças evolutivas, desde que, pela primeira vez, se diferenciaram os machos das fêmeas. A reprodução sexual, com divisão das células reprodutivas em óvulos e espermatozóides, permitiu que o esforço reprodutivo total da espécie se pudesse dividir em dois aspectos: a competição por um parceiro e a preocupação com a prole. E as diferenças que hoje encontramos em qualquer espécie que se reproduza sexualmente advêm dessa assimetria inicial, e da sua proliferação ao longo do tempo.

Cronin (2000) explica que a natureza humana – a nossa psicologia evolutiva – é fixa, imutável e universal, mas o comportamento humano por ela gerado é infinitamente variável e diverso, pois a selecção natural equipou-nos com regras fixas, mas desenhou-as para

criarem comportamentos sensíveis ao ambiente. Refere como exemplo o homicídio<sup>7</sup> (a pessoas do mesmo sexo, não familiares): o facto de a natureza humana ser a mesma, faz com que o padrão de assassinatos seja sempre igual, isto é, maioritariamente homens jovens a matar homens jovens. Contudo, as diferenças de ambiente determinam as discrepâncias nas taxas de cada país – nos anos 80, de 900 por milhão em Chicago, 30 em Inglaterra, e praticamente inexistente na Islândia. De acordo com a autora, a propensão universal dos machos para a competição, em condições extremas conduz ao homicídio, e só compreendendo essas condições, as podemos alterar. Deste modo, sugere que o darwinismo, em vez de ser um determinismo genético, será antes um determinismo ambiental, pois reconhecendo os universais da natureza humana, o ambiente será o local óbvio para intervir.

Cronin (2000) refere que o feminismo tem sido contra o darwinismo, mas crê que essa posição virá da ideia errónea de que não se pode ter igualdade de direitos sem igualdade de ser. Considera que uma representação de 50:50 de homens e mulheres em todas as áreas, não tem em conta as suas diferenças ao nível dos interesses, aptidões, temperamentos e ambições. E que o entendimento actual da sub-representação das mulheres em determinadas funções, como unicamente sexista, negligencia que as mulheres sejam susceptíveis de fazer escolhas sistematicamente diferentes das dos homens. Defende também que a superioridade numérica de homens em posições elevadas é explicada pelas

---

<sup>7</sup> A autora refere-se aos estudos de Daly e Wilson (1997, 2017) que comparam taxas de homicídio em diversas populações e geografias, utilizando a psicologia evolutiva para entender estes dados. Os autores consideram que os conflitos interpessoais surgem nas interações entre indivíduos cujas psiques foram desenhadas por selecção natural e sexual para serem competidores e nepotistas (beneficiar o parente genético). Os seus dados mostram que 75 a 88,1% dos homicídios foram cometidos a pessoas não familiares – estranhos e conhecidos – (Daly e Wilson, 2017); e entre pessoas que coabitam, os homicídios são onze vezes mais praticados entre pessoas que não são parentes genéticos (marido e mulher) do que entre parentes genéticos (pais e filhos), o que interpretam como manifestação da nossa natureza evolutiva nepotista (Daly e Wilson, 1997). Uma vez que a competição por recursos acontece sobretudo entre pessoas do mesmo sexo (porque indivíduos do mesmo sexo desejam recursos mais semelhantes que os do sexo oposto), os autores analisam os homicídios a pessoas do mesmo sexo não familiares. Embora o número de homicídios desta natureza seja desigual em função da cidade ou país, todos os locais analisados apresentam três padrões evidentes: é largamente praticado por homens; a sua distribuição etária segue uma curva que aumenta a partir dos 14 anos, com o pico máximo entre os 22 e os 24 anos que decresce progressivamente até ao fim de vida; e a partir dos 25 anos o estado civil é determinante, pois o homicídio é muito mais frequente entre os homens não casados (solteiros, divorciados ou viúvos) que entre os casados (ver tabelas 1, 2, 3 e 4, em anexo). Os autores interpretam a diferença de sexos na violência contra pessoas do mesmo sexo, como manifestação do facto da psique humana masculina ter evoluído para ser mais competitiva e aceitante de riscos; argumentam que a curva etária acompanha a força muscular, capacidade aeróbia, e fertilidade dos homens, observando que os homens jovens são especializados física e psicologicamente para ser mais competitivos e aceitantes de riscos; e sugerem que estar casado reduz a inclinação masculina para comportamentos violentos ou de risco, relacionando-o com a posteridade reprodutiva (Daly e Wilson, 1997, 2017).

características da natureza dos homens que lhes garantem o sucesso – maior competitividade, consciência do estatuto, dedicação, concentração num objectivo – e pela maior variabilidade estatística dos mesmos, que os sobre-representa nos extremos da curva de aptidões. Critica ainda a ideia de que as mulheres bem-sucedidas em áreas tipicamente masculinas devam ser consideradas modelos para as restantes, pois esta ideia assume que esta minoria de mulheres será igual à maioria das restantes, para quem apenas o machismo e a insegurança pessoal impedem o sucesso. Em oposição, a autora sugere que estas mulheres se encontram no extremo das diferenças intragrupo – dentro do grupo das mulheres – não sendo representativas da maioria (Cronin, 2000).

Alega que se o desemprego para as mulheres significa perda do emprego, para os homens significa perda de estatuto, e que um homem com baixo estatuto social tem maior dificuldade em encontrar uma parceira e mantê-la, o que se verifica na maior taxa de divórcio em casais em que a mulher aufere mais que o homem, e no facto de a paternidade erradamente atribuída ser de 1% em homens americanos com alto estatuto, e de 30% em desempregados. Refere ainda que, estar nos níveis baixos da hierarquia tem demonstrado impacto clínico na saúde e longevidade dos homens e que, se o futuro parece desfavorável, os machos têm maior probabilidade de correr riscos. Deste modo, se o crime está associado ao desemprego nos homens, é devido às diferenças da psicologia evolutiva masculina que fazem a associação entre ambos. Noutro exemplo que apresenta, afirma que hoje se sabe que a vantagem matemática dos rapazes assenta na sua superioridade no raciocínio em 3D e que existem evidências de que as raparigas melhoram significativamente a matemática quando são ensinadas com um método que contorne estas capacidades. Na sua opinião, este seria o tipo de questão com que uma política para educação justa se deveria preocupar. Aplicando-se o mesmo à lei, ao trabalho, ao planeamento económico, ou a qualquer outro campo de planeamento de política social. Não somos espécies andróginas, defende, e as políticas sociais deveriam reflectir essa realidade (Cronin, 2000).

### I.1.3 Spelke e a defesa dos factores sociais

Retomando o debate entre os dois professores acima referidos, passaremos à apresentação de Spelke, que explora o lado dos factores sociais. A professora questiona os três principais argumentos biológicos que explicam a sub-representação das mulheres nas



ciências: a diferença de interesses (objectos vs pessoas), a maior capacidade dos homens para a matemática (ou raciocínio espacial) e a maior variabilidade de performance cognitiva masculina<sup>8</sup>.

Afirma que desde os anos 70, com o estudo de Maccoby & Jacklin (1974), é do conhecimento científico que a maioria das diferenças entre homens e mulheres são um mito, incluindo a diferença de gostos entre objectos vs pessoas, que viria a explicar a sub-representação das mulheres, uma vez que sistematizar seria uma capacidade masculina e estaria no centro das ciências e matemática, em oposição à capacidade feminina de empatizar. Afirma que, pelo contrário, bebés de ambos os sexos apresentam caminhos iguais de desenvolvimento, no que concerne à capacidade de aprendizagem sobre objectos, ou interesse nos mesmos. Confirma que, em média, homens e mulheres apresentam perfis cognitivos diferentes no que se refere a capacidades específicas verbais, matemáticas e espaciais, mas que estas diferenças não significam diferenças nas capacidades gerais, o que se verifica no facto de rapazes e raparigas escolherem a mesma proporção de disciplinas de matemática no secundário e na universidade, tendo notas semelhantes.

Questiona a maior variância nas capacidades cognitivas dos homens. Explica que as notas mais elevadas dos rapazes nos testes SAT conduzem à conclusão de que mais rapazes irão ser cientistas e matemáticos, e critica o facto de esta conclusão utilizar como critério único os SAT, uma vez que estes testes sub-predizem o desempenho das raparigas na universidade. Na universidade, homens e mulheres escolhem aulas de matemática igualmente exigentes, formando-se na área em números iguais e com notas semelhantes.

Embora reconheça as diferenças biológicas entre os sexos e algumas diferenças na cognição de homens e mulheres, refuta a ideia de que a biologia seja responsável pela sub-representação das mulheres nas ciências, defendendo o peso dos factores sociais. Refere a importância dos estereótipos na forma como homens e mulheres são percebidos, que se verifica desde muito cedo, nas diferentes percepções dos pais face aos filhos: os meninos como maiores, mais fortes e resistentes, embora não haja dados clínicos que justifiquem essa diferença; com maiores capacidades locomotoras, apesar de não se verificarem diferenças nessa área; e com maiores talentos naturais para a matemática e as ciências.

---

<sup>8</sup> Para uma consulta detalhada da literatura apresentada por Spelke, ver Pinker & Spelke, (2005).

Refere um estudo que demonstra que quando uma criança tem um comportamento inequívoco, as percepções dos adultos não são afectadas pelo género, mas se o comportamento é ambíguo, existem diferenças significativas ao nível da percepção com base no género do bebé. Nesta experiência, quando um bebé, vestido de forma neutra face ao género, sorri, todos concordam que sorri e está feliz. Mas se esse mesmo bebé recua perante uma caixa surpresa que se abre, quando é dito ao adulto que é menina, o gesto é interpretado enquanto medo, mas se for dito que é menino, é entendido como zanga. Nesta reacção mais ambígua, a mesma criança e reacção, conduzem a interpretações diferentes com base no género. O que leva Spelke a argumentar que mesmo que os pais estejam determinados a educar as suas crianças com neutralidade de género, nenhum pai saudável vai tratar da mesma forma uma criança assustada e uma zangada. O que, na sua opinião, faz com que meninos e meninas sejam educados com diferentes padrões, mesmo perante a intenção igualitária dos pais. Mas afirma que, apesar de desde o nascimento homens e mulheres serem percebidos com diferenças que colocam as mulheres em desvantagem, não se encontram diferenças de desenvolvimento nas competências gerais matemáticas e científicas entre ambos os sexos. Contudo, assume que não são as diferenças nas percepções parentais que criam os sentimentos de feminilidade ou masculinidade nas crianças, uma vez que as diferenças biológicas sexuais são reais.

De acordo com Spelke, a sub-representação das mulheres nas ciências é explicada pelos seguintes factores de origem social: enviesamento<sup>9</sup> nas percepções dos cientistas que levará à exclusão de mulheres cientistas com capacidades, criando desigualdade de oportunidades de acesso às carreiras; enviesamento nas percepções na infância que impede raparigas talentosas de estudar ciências; e a diferença de representação das mulheres nas faculdades que levará algumas mulheres a acreditar que a ciência é um mundo masculino. Afirma ainda que, relativamente aos interesses e motivações intrínsecas de homens e mulheres, não temos hoje como avaliar a sua veracidade, enquanto as forças da discriminação e percepção enganosa operarem, só o podendo saber quando as crianças crescerem sem ter os seus interesses condicionados, e observar como estes se desenvolvem.

---

<sup>9</sup> “Enviesamento” é tradução da palavra *bias*, frequentemente utilizada nos estudos de género, que será mencionada em vários momentos ao longo desta dissertação, sempre traduzida.

#### I.1.4 O debate biossocial

Num momento final de confronto e debate sobre a apresentação de cada um dos professores, Pinker questiona o poder estatístico dos dados apresentados por Spelke, relembrando a importância de utilizar amostras grandes e estudos de meta-análise, para poder fazer generalizações. Crítica a que Spelke não responde.

Pinker concorda que nas escolas e universidades não existem diferenças no desempenho de jovens homens e mulheres, mas lembra que o tema em debate não é sobre esses sujeitos, mas sobre os de alto sucesso, e da sub-representação das mulheres nesse sector específico. E que nesse grupo específico os SAT são excelentes preditores (de salários, doutoramentos, criação de patentes), não apresentando enviesamento em relação ao género. Afirma ainda que no que concerne às diferentes distribuições pelas áreas profissionais, a igualdade das capacidades gerais (matemáticas e espaciais) é irrelevante, pois o que determina as diferentes representações são as diferenças nas capacidades específicas, uma vez que são previstas pela quantidade de cognição espacial e raciocínio matemático abstracto que esses empregos exigem.

Refere ainda que em relação às expectativas e percepções dos pais, existe hoje uma substancial quantidade de literatura<sup>10</sup> que mostra que só se encontram diferenças quando já existem predisposições nas crianças que se somem às expectativas dos pais. Perante o que Spelke argumenta que o que é relevante na questão das diferentes percepções não é o facto de serem as parentais, mas de estas serem representativas das percepções que se encontram ao longo da vida, na restante sociedade.

Pinker confirma a existência do enviesamento, mas defende que não surgiu aleatoriamente nem se propaga pela própria existência. Explica que, em laboratórios de psicologia cognitiva, quando se testa a capacidade dos indivíduos de aplicar estatísticas de grupos a casos individuais, testa-se a sua capacidade de utilizar “raciocínio Bayesiano”<sup>11</sup>, ou

---

<sup>10</sup> Ver Pinker & Spelke, (2005) e Pinker (2002).

<sup>11</sup> A investigação psicológica em “Bayesian reasoning” procura compreender de que forma o sujeito relaciona a informação que advém da sua experiência prévia do grupo em questão (a sua taxa de base), com a nova informação que recebe acerca de um indivíduo particular desse grupo. O seu propósito é avaliar como estes dois tipos de informação (prévia face ao grupo e nova relativa a um indivíduo) são utilizadas pelo sujeito para criar uma probabilidade para o evento. A investigação revela que existe uma tendência para que os sujeitos negligenciem as taxas de base (a informação prévia sobre o grupo) quando avaliam um evento com nova informação. Contudo, a proposta Bayesiana é de que o raciocínio correcto acontece quando os sujeitos não

seja, a sua competência para ultrapassar a negligência de taxas de base, o que representa uma capacidade cognitiva. Mas quando as pessoas aplicam a mesma capacidade no caso do género – usando a estatística do grupo para avaliar casos individuais – é tratada como uma falha cognitiva. E sugere que será mais uma falha moral. Não defende que as médias estatísticas devam ser aplicadas ao julgar indivíduos, mas que quando o são não parecem revelar uma origem arbitrária, mas adequabilidade estatística. Spelke concorda que o enviesamento não é arbitrário, mas diz que se relaciona com o que observamos no mundo, e uma vez que a maioria dos Prémios Nobel em ciências foram recebidos por homens, seria razoável assumir que existe alguma diferença fundamental entre homens e mulheres que produz esta disparidade. Contudo, defende que se o presente debate sobre as raízes biológicas das capacidades matemáticas e científicas acontecesse no século XIX, depreenderíamos que, tal como hoje, os grandes cientistas e matemáticos eram homens, mas também que eram europeus, concluindo que os genes europeus ofereciam vantagem no talento matemático face aos asiáticos ou indianos. E no renascimento, concluiríamos que os genes católicos eram melhores que os judeus. Pinker contra-argumenta defendendo que se o enviesamento fosse um fenómeno que existe apenas por *feedback* positivo, reforçando-se a si mesmo, as minorias seriam desencorajadas de entrar nos campos onde previamente não existiam. Porém, quando são retiradas as barreiras arbitrárias que impedem géneros ou etnias de pertencer a determinados grupos, as pessoas dessas minorias começam a entrar nesses grupos. E hoje as mulheres não são sub-representadas nas profissões em geral, mas apenas em áreas específicas, sendo inclusivamente sobre-representadas em profissões como a veterinária, onde não existiam há cem anos, realidade que não se auto-perpetuou devido ao alegado efeito de *feedback* positivo do enviesamento.

Spelke defende então que o que diferencia as áreas onde as mulheres entram, daquelas em que não entram, é a existência ou inexistência de medidas objectivas de sucesso. Na sua opinião, quando os critérios são claros não existe discriminação, e a ciência carece dessa objectividade de critérios nas avaliações realizadas em todas as fases de percurso, relativas à atribuição dos recursos, de laboratórios, entre outros. Refere estudos realizados sobre avaliação do desempenho de músicos, com critérios subjectivos como a

---

negligenciam as taxas de base, e aplicam ambos os tipos de informação (prévia grupal e nova individual) numa única equação para calcular a probabilidade do evento em questão (Mandel, 2014).

emotividade da performance, em que se observa neutralidade de género quando a avaliação é cega, e discriminação quando o avaliador tem acesso ao género do candidato. Mais uma vez, Pinker contra-argumenta observando que são exactamente as áreas mais subjectivas, como as ciências sociais e humanidades, que têm a maior representação de mulheres na academia. Defendendo assim que a sub-representação das mulheres em determinadas áreas deriva do seu próprio critério de escolha – escolhendo as áreas que lhes trarão maior satisfação e preterindo as restantes – e não da ausência de objectividade de critérios de sucesso, caso contrário, haveria mais mulheres em física do que em sociologia.

Spelke conclui o debate assumindo que é uma hipótese interessante considerar que a psicologia evolutiva de homens e mulheres os tenha conduzido a diferentes motivações e interesses, mas que avançar dessa possibilidade para conclusões no presente sobre as motivações das pessoas para investir numa ou noutra carreira, será um salto demasiado grande, sobretudo, perante a variedade da sociedade moderna.

Este interessante debate não revela apenas as opiniões individuais de dois professores, mas as diferentes argumentações biológicas e sociais presentes nos estudos de género. De um lado, defende-se que tendo homens e mulheres biológicas e psicologias evolutivas distintas, temperamentos, interesses, motivações e curvas distributivas diferentes, que no seu conjunto determinam escolhas de vida diferentes, têm consequentemente representação distinta em diversas áreas. Do outro, temos o pressuposto de que não podemos assumir motivações e interesses diferentes entre homens e mulheres com base apenas na psicologia evolutiva, e que uma vez que as capacidades gerais de homens e mulheres são semelhantes, só podem ser factores ambientais como a discriminação e o enviesamento a ser responsáveis pela sub-representação das mulheres.

## **I.2 Para além da ciência: Feminismo do género e pós-modernismo**

O pós-modernismo e o pós-estruturalismo têm origens e definições que, embora muitas vezes sobrepostas, são também distintas. Sinteticamente, o pós-modernismo opõe-se à confiança moderna na razão e no método científico iluministas que se seguiram às superstições da época medieval. Caracteriza-se assim por uma descrença face à capacidade do método científico para produzir conhecimento, e consequentemente, face às grandes

narrativas que as culturas utilizam como meio de legitimar as suas práticas. Do mesmo modo, o pós-estruturalismo vem opor-se ao estruturalismo enquanto crença de que os sistemas podem ser descritos através da sua estrutura funcional, revelando as suas leis internas. Questiona, por exemplo, os pressupostos do pensamento binário, denunciando a sua hierarquia (Peters, 2000). Contudo, estes dois movimentos surgem maioritariamente ligados, e muitas vezes quando os teóricos se referem ao pós-modernismo incluem ambos.

De acordo com Jane Flax (1987), o que define os discursos pós-modernos é o facto de serem “desconstrutivos”, pois pretendem distanciar-nos e fazer-nos questionar as crenças herdadas do Iluminismo, como a existência de um self estável ou coerente; que a razão e a ciência sejam fontes objectivas e confiáveis de conhecimento, capazes de alcançar a verdade; e ainda, que a linguagem seja transparente. A soma destas dúvidas traduz-se numa descrença generalizada na qual se defende que se não existe uma base objectiva para distinguir as falsas crenças da verdade, apenas o poder pode determinar a verdade de cada cultura (Flax, 1987).

De que forma é que o pós-modernismo se relaciona então com o feminismo do género? Uma forma directa, e de repercussões imensas, é que se o feminismo deixa de poder contar com os conhecimentos científicos, apenas conta com o poder para justificar porque acreditamos em determinada explicação e não noutra. Ou seja, o grupo dominante – os homens – decide o que é verdade, uma vez que a ciência, parcial ela mesma e subjugada ao poder masculino, não pode fornecer a verdade, mas apenas o conhecimento que o grupo dominante define como verdadeiro. O que implica que todo o conhecimento científico sobre os sexos e géneros deve ser questionado porque faz parte da grande narrativa patriarcal e heteronormativa que pretende validar as práticas sexistas.

As feministas do género (que incluem as feministas sociais), utilizam a teoria marxista para defender que a origem das relações hierárquicas entre os géneros se deve à divisão sexual do trabalho que, nas mulheres, inclui a gravidez e as práticas de educação infantil. As feministas francesas, influenciadas pelo trabalho de Lacan, colocaram a ênfase na linguagem, defendendo que somos constituídos linguística e culturalmente (Flax, 1987).

E este questionamento da “verdade” e da ciência chega ao seu apogeu com Judith Butler que vem colocar em causa a morfologia binária do sexo biológico:

Se se contestar o carácter imutável do sexo, talvez esta construção chamada “sexo” seja tão culturalmente construída quanto o género (...) o género não está para a

cultura como o sexo está para a natureza; o género é também o meio discursivo/cultural pelo qual a “natureza sexuada” ou “um sexo natural” se produzem e estabelecem como “pré-discursivos”, anteriores à cultura, uma superfície politicamente neutra *sobre a qual* actua a cultura (...) Esta produção do sexo como pré-discursivo deveria ser entendida como efeito do aparato de construção cultural concebido pelo *género* (Butler, 2017, p. 63-64, ênfase no original).

Por outras palavras, para Butler, o sexo biológico é tão linguística e culturalmente construído como o género social, e o facto de a maioria de nós entender o binarismo sexual como natural e evidente, isto é, de nos ser óbvio que a espécie humana é dividida em homens e mulheres biologicamente diferentes, não é sinal da existência dessa diferença, mas um efeito da construção cultural genderizada. De acordo com a autora, a nossa percepção da diferença sexual não atesta a nossa capacidade de observar a realidade, mas a forma como os processos culturais nos fazem entendê-la. O que se poderia supor contestar a sua teoria, a obviedade do sexo biológico, é utilizado pela autora como argumento para fundamentar a sua tese, como sinónimo de mais uma “verdade” que tomamos por estabelecida, devido a processos culturais e linguísticos.

Estas desconstruções do binarismo do sexo e do género não representam um mero exercício intelectual filosófico, pois penetram todos os tecidos sociais, da academia, às políticas de construção de leis. No Canadá, a nova lei “Bill C-16”, que pretende incluir nos direitos humanos o direito à identidade de género e sua expressão, e surge associada à utilização de pronomes de género neutro, tem provocado intenso debate<sup>12</sup>.

Mas, de acordo com Flax (1987), a teoria pós-moderna assenta numa contradição, pois não podemos afirmar ao mesmo tempo que o self e o conhecimento são socialmente constituídos, dependendo sempre dos contextos e práticas sociais, e que o feminismo pode encontrar a verdade total sobre as relações entre os géneros, porque implicaria que o feminismo se encontrasse fora das práticas e contextos sociais que constituem os indivíduos (Flax, 1987). Ou seja, a argumentação pós-moderna leva-nos à conclusão de que não podemos confiar em nenhuma teoria enquanto verdadeira, excepto no pós-modernismo!

---

<sup>12</sup> Ver “Gender, rights and freedom of speech” (Paikin, 2016).

### I.3 Questões e reflexões

Face aos argumentos biológicos, sociais e pós-modernos, surgem algumas considerações que gostaria de enumerar. Em primeiro lugar, é observável que no debate biossocial por vezes são apresentados estudos com resultados opostos. A posição desta dissertação é de que a solução não passará por ignorar ou desacreditar a ciência e os seus resultados contraditórios. Pelo contrário, a solução passará por aumentar o investimento científico na quantidade e qualidade dos estudos, na sua replicação, aperfeiçoando metodologias e criação de novas hipóteses de investigação. Assim como pelo aumento do diálogo entre diferentes disciplinas, para que o seu conhecimento possa ser aprofundado a diferentes níveis, alcançando um entendimento cada vez mais próximo da verdade do fenómeno em estudo. Porque, como afirma Pinker “a verdade não pode ser sexista” (Pinker & Spelke, 2005).

Contudo, ambos os argumentos biológicos e sociais se baseiam no mesmo tipo de fonte: dados estatísticos. E como os próprios autores assumem, as estatísticas de grupo não podem ser utilizadas para realizar previsões individuais. Na prática, quando uma pessoa se candidata a um emprego, deve ser julgada pelo seu desempenho individual e não pela média do grupo a que pertence. E é facto que, apesar dos dados apresentados serem estatisticamente correctos, muitos homens e mulheres não se identificam com as características médias descritas para cada género, porque estas referem-se a tendências grupais e pouco dizem sobre pessoas individuais. Aspecto que se deve à grande variação intra-grupo dentro dos dois sexos. Por outras palavras, estas metodologias tratam homens e mulheres como grupos, não como indivíduos. Aquilo que algumas feministas têm criticado como “a mulher” que não existe, se não “mulheres”, ou feminilidades e masculinidades.

Outro aspecto que se salienta nestas argumentações é de que de um lado temos um determinismo biológico, de outro um determinismo cultural. O indivíduo ou é definido à partida pelos seus factores genéticos e biológicos inatos, ou é formatado pelos factores sociais, culturais e linguísticos. Não terá o indivíduo voto na matéria? É o indivíduo um ser passivo vítima da biologia com que nasce ou da cultura em que se insere? Não tem o indivíduo liberdade de escolha, responsabilidade pessoal, nem poder de decisão?

Estas perguntas levaram a autora da dissertação a indagar a construção da identidade pessoal do indivíduo, identidade essa que representaria os seus gostos e



interesses pessoais, teria em conta as suas capacidades, e o levaria a relacionar-se com o mundo e a sociedade de determinada forma. Neste sentido, o próximo capítulo afasta-se dos dados estatísticos e grupais e entra no campo da individualidade. Deste modo, não nos podemos basear tanto na sociologia e psicologia experimentais, e teremos de procurar campos do saber que estudem o indivíduo. Iremos explorar os contributos das neurociências e da psicanálise para o entendimento da construção da identidade e personalidade. E é a partir desta compreensão que posteriormente voltaremos às questões discutidas neste primeiro capítulo, e abordaremos o género, enquanto construção biopsicosocial, mediada pela singularidade do aparelho psíquico de cada indivíduo.

## II. A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE

### II.1 Neurociências e identidade

*Se as nossas acções são influenciadas por factores desconhecidos do nosso raciocínio consciente, seremos mesmo responsáveis pelas nossas acções? António Damásio*

Neste capítulo abordaremos a construção da identidade do ponto de vista das neurociências, através do trabalho de António Damásio apresentado nas suas obras “O sentimento de si” (Damásio, 2008), “Livro da consciência” (Damásio, 2010) e “Estranha ordem das coisas” (Damásio, 2017). Damásio afirma que:

A ideia que cada um de nós elabora acerca de si mesmo, a imagem que gradualmente construímos de quem somos física e mentalmente, e do nosso estatuto social, baseia-se na memória autobiográfica, que é construída ao longo de anos de experiência e é constantemente sujeita a remodelação (2008, p. 259).

Na sua concepção, a identidade é uma construção que depende da activação consistente e repetida de memórias chave da nossa autobiografia, tanto de experiências passadas como de experiências futuras antecipadas, que confirmam a todo o momento a nossa identidade e a nossa personalidade, e nos permitem apresentar respostas emocionais e intelectuais de forma consistente (Damásio, 2008).

#### II.1.1 O si nuclear e o si autobiográfico

A organização proposta por Damásio vem, de acordo com o autor, resolver o paradoxo identificado por William James, segundo o qual o si muda constantemente, embora permaneça o mesmo ao longo do tempo. No seu entendimento, o si mutável e o si permanente são duas entidades que, embora intimamente relacionadas e dependentes, são distintas. O si em constante mudança é o “si nuclear”, transitório, efémero e continuamente renascido, e o si que permanece o mesmo é o “si autobiográfico”, que se baseia num

arquivo de memórias biográficas, que dão continuidade e aparente permanência às nossas vidas.

Como se constrói então o si autobiográfico que está na base na nossa identidade? De acordo com o autor, a cada momento o si nuclear (transitório) conhece algo, o que tem como consequência a modificação do organismo, através da produção de um processo neural e mental de representações do objecto<sup>13</sup> que está a ser conhecido. E o relato interno desta modificação do organismo origina o sentimento de conhecer, que é a essência do sentimento de si. Estas representações imagéticas do objecto que se está a conhecer, tornam-se então factos entregues à memória, transformando-se em objectos internos. Os objectos internos armazenadas na memória ao longo da vida, são classificados e relacionados com outras memórias do passado e do futuro antecipado, criando a memória autobiográfica. Deste modo, a memória autobiográfica é “um agregado de arquivos disposicionais que descreve quem nós temos sido fisicamente, quem nós temos sido em termos comportamentais, e quem tencionamos ser, no futuro. Podemos aumentar este agregado memorial à medida que vamos vivendo e transformá-lo” (Damásio, 2008, p. 204-205).

Contudo, o objecto a ser conhecido, pode ser tanto interno como externo, isto é, quando um objecto aparece na mente, a sua imagem provoca consciência nuclear (conhecimento), quer este objecto seja presentemente percebido no exterior, ou evocado pela memória. E quando um objecto passa a fazer parte da nossa memória, guardamos não só os seus aspectos físicos, mas também as nossas reacções emocionais no momento em que o percebemos. O que significa que nenhum acto de conhecer, recordar ou imaginar é emocionalmente neutro, pois todos os nossos objectos internos são acompanhados de uma tonalidade emocional. Neste sentido, o estímulo imediato é diferente na sua origem, na percepção actual ou na recordação, mas a consciência nuclear trata-o de forma igual, gerando conhecimento cognitivo e emocional. E é através da manutenção activa e simultânea das imagens do si autobiográfico e das do objecto a ser conhecido, que a consciência alargada, aumenta o aqui e agora da consciência nuclear, na direcção do passado e do futuro, continuando sempre a ampliar-se ao longo da vida. E permite, deste

---

<sup>13</sup> Por objecto o autor entende qualquer aspecto da experiência que possa ser conhecido, seja um objecto físico, um acontecimento, uma pessoa, um relacionamento.

modo, criar um sentido de perspectiva individual, de pertença, e a capacidade de acção individual (Damásio, 2008).

Um aspecto relevante desta construção é que, apesar da nossa fecunda imaginação poder preparar múltiplos rascunhos para a nossa vida, o si nuclear profundamente biológico, e o si autobiográfico sob a sua influência, favorecem constantemente, a selecção de um rascunho compatível com um si singular e unificado, e respostas que reproduzem o mesmo si, historicamente contínuo, pois a “tendência para um si singular e as vantagens dessa tendência para a sanidade mental são inegáveis” (Damásio, 2008, p. 261).

### II.1.2 Hereditariedade, cultura e experiências únicas

Damásio (2008) defende que o que geralmente descrevemos como a nossa personalidade depende de contribuições múltiplas. Entre elas, os nossos traços de personalidade, ou “temperamento”, transmitidos geneticamente, ou adquiridos por via ambiental, e as interacções únicas do nosso organismo com o ambiente físico e cultural, que são o sustentáculo da personalidade. Estes episódios singulares são vividos à luz dos nossos traços geneticamente transmitidos, e de disposições adquiridas nas fases iniciais do desenvolvimento, sendo continuamente consolidados e reclassificados na memória autobiográfica, sob esta dupla influência. O autor explica que o ambiente modifica a activação emotiva durante o nosso desenvolvimento, uma vez que a maquinaria dos afectos é, em grande parte educável, durante a nossa infância, em casa, na escola e ambiente cultural (Damásio, 2017). E que o si autobiográfico é o produto final das nossas tendências inatas, das nossas experiências de vida, e da revisão das memórias dessas experiências, constantemente em curso, e influenciada por todos estes factores (Damásio, 2008).

### II.1.3 Remodelação do si autobiográfico

Damásio afirma que “Embora a base do si autobiográfico seja estável e invariante, o seu âmbito muda continuamente em resultado da experiência” (Damásio, 2008, p. 205), e que as alterações do si autobiográfico, ao longo da vida, devem-se tanto à remodelação do passado vivido, como do futuro antecipado. Explica que quando as experiências vividas são reconstruídas, quer numa reflexão consciente, quer num processamento não-consciente,

são reavaliadas na sua essência, reagrupadas e modificadas, de forma leve ou profunda, no que concerne à sua composição factual e emocional. E que é através deste processo que as entidades e os acontecimentos obtêm um novo peso emocional e que a nossa história é subtilmente reescrita à medida que o tempo passa (Damásio, 2010).

De acordo com o autor, este “melhoramento” da memória, não advém de uma recordação superficial dos acontecimentos, nem do ignorar de determinados pormenores. Pelo contrário, os pormenores recordados podem até ser mais numerosos e produzir respostas emotivas mais fortes. E a melhoria advém exactamente da montagem cuidada da recordação, em que as imagens cruciais recebem maior atenção, permitindo emoções mais definidas, que se traduzem em sentimentos mais profundos. Contudo, estas modificações da memória podem conduzir a diferentes resultados, pois alguns indivíduos tendem, com o tempo, a dar menos força às memórias más, invocando-as com menos frequência, diminuindo a sua negatividade e aumentando o seu bem estar, e outros, tentem a recordar o pior das suas memórias. O que revela que o nosso estilo afectivo define, em grande parte, o rumo que a nossa vida pode tomar (Damásio, 2017). Deste modo,

a recordação está à mercê de tudo o que faz de nós pessoas únicas: o estilo da nossa personalidade, em tudo o que tem a ver com os nossos estilos cognitivos e afectivos típicos, com o equilíbrio das experiências individuais em termos afectivos, as nossas identidades culturais, aquilo que conseguimos na vida e até a própria sorte (Damásio, 2017, p. 199).

Aquilo que desejamos e a forma como encaramos o que a vida nos traz, depende da forma como vivemos o nosso passado e do modo como vivemos e reconstruímos esses factos nas nossas memórias (Damásio, 2017).

#### II.1.4 Processos não-conscientes

Muitas vezes as nossas acções são controladas por processos não-conscientes, sobretudo, no que concerne às interacções sociais. O que conduz o autor a uma importante questão: “Se as nossas acções são influenciadas por factores desconhecidos do nosso raciocínio consciente, seremos mesmo responsáveis pelas nossas acções?” (Damásio, 2010, p. 332). O autor afirma que se os períodos da nossa infância e adolescência são tão longos é devido à enorme quantidade de tempo necessária para educar os processos não-

conscientes do nosso cérebro, de modo a criar uma forma de controlo funcional. Afirma que a consciência, longe de se desvalorizar pela presença de processos não-conscientes, na realidade, vê o seu alcance ampliado pelos mesmos. Deste modo, defende que a nossa responsabilidade por uma acção não é diminuída pela assistência de uma saudável execução não-consciente (Damásio, 2010).

Refere que os processos não-conscientes, depois de devidamente treinados pela experiência, reduzem os cálculos necessários a cada momento, providenciando atalhos fornecidos pelos registos emocionais passados, acomodados no nosso inconsciente cognitivo. E a forma como interagimos com os outros é sobejamente influenciada por estas predisposições não-conscientes. Este processamento é assim altamente vantajoso, e o seu único inconveniente prende-se com as ocasiões em que as nossas experiências prévias nesse domínio sejam atípicas, tendenciosos ou insuficientes, gerando deste modo, um julgamento intuitivo que conduz a uma escolha que não é válida (Damásio, 2010).

O nosso si autobiográfico baseia-se nestas memórias disposicionais implícitas, que a qualquer momento podem ser tornadas explícitas e salientes (Damásio, 2008). Contudo, alguns conteúdos da memória autobiográfica mantêm-se inconscientes por longos períodos de tempo, podendo assim permanecer eternamente. E caso não regressem à consciência, podem favorecer a recuperação de outras memórias. Porém, os factos e emoções assim recuperados surgem à consciência como inexplicáveis, devido à sua aparente falta de ligação com o acontecimento desse momento (Damásio, 2008). Por outras palavras, as memórias que permanecem inconscientes continuam a ter uma influência sobre o nosso comportamento que para nós é difícil de compreender, dando-nos uma sensação de que as emoções desencadeadas numa situação não são apropriadas à mesma, uma vez que desconhecemos a motivação inconsciente que as faz emergir. De acordo com Damásio, o inconsciente psicanalítico tem a sua origem nos sistemas neurais que apoiam a memória biográfica, sendo a psicanálise um modo de examinar “a embrenhada teia de ligações psicológicas no interior da memória autobiográfica” (Damásio, 2008, p. 263).

#### II.1.5 Homeostasia, sentimentos e subjectividade

Os aspectos acima referidos, sobre a construção e remodelação da nossa identidade a cada momento, inserem-se no contexto mais alargado da nossa natureza enquanto seres

humanos. E esta prende-se com o nosso imperativo homeostático que, de acordo com o autor, implica persistir e prevalecer.

A parte do imperativo da homeostasia que diz respeito ao “persistir” é transparente: conduz à sobrevivência e é tido como garantido sem qualquer referência ou reverência específicas sempre que se pensa na evolução de qualquer organismo ou espécie. A parte da homeostasia relativa ao “prevalecer” é mais subtil e raramente reconhecida. Garante que *a vida é regulada não só dentro de limites compatíveis com a sobrevivência, mas que seja também conducente ao florescimento, a uma projecção dessa vida no futuro de um organismo ou de uma espécie* (Damásio, 2017, p. 42, ênfase no original).

O autor explica que o modo como a homeostasia revela o estado do nosso organismo, a cada momento, é através dos nossos sentimentos, que são a experiência subjectiva da nossa homeostasia. Assim, uma homeostasia deficiente é expressa com sentimentos negativos, de mal-estar, que comunicam que existe algo de errado com a regulação da vida do organismo, e uma homeostasia apropriada é manifestada por sentimentos positivos, de bem-estar, que expressam que a homeostasia está dentro dos limites da eficiência. E afirma que os sentimentos regulam não só a homeostasia individual, mas a social, pois avisam-nos de riscos, perigos e crises a ser evitadas e “dirigem-nos para comportamentos que vão melhorar a homeostasia geral, ao mesmo tempo que nos vão tornando seres humanos melhores, mais responsáveis pelo nosso futuro e pelo futuro dos outros” (Damásio, 2017, p. 196).

Contudo, estes sentimentos homeostáticos, são distintos dos sentimentos provocados pelos estímulos sensoriais – que produzem uma alteração discreta do estado corporal – ou pela activação de pulsões, motivações ou emoções – que representam perturbações grandes das funções do organismo e da mente. De acordo com o autor, são os sentimentos que fazem com que nos importemos mentalmente com as situações e por isso estão estreitamente relacionados com o desenvolvimento da nossa subjectividade. E foram seleccionados ao longo da nossa evolução, devido ao valor do conhecimento que proporcionam ao organismo, pois é a sua capacidade de nos cativar que garante que prestamos atenção à situação (Damásio, 2017).

Esclarece que temos várias pulsões inatas. Nascemos com as motivações inatas de procurar algo, de querer, de desejo sexual (na sua vertente do sexo, ou do amor romântico)

e a pulsão inata de brincar, que inclui as ideias de jogo, invenção, brincadeira e recreio, e que é central na vida humana. Explica que esta pulsão de brincar é a base da imaginação, em qualquer fase de vida, da criança, adolescente ou adulto, e é o que está na origem de todas as invenções que marcaram todas as culturas. E de entre as capacidades especificamente humanas destaca a capacidade de detecção crítica de discrepâncias, primeiro de sentimentos e depois de ideias abstractas, que está na origem do sentimento de verdade e que conduz não só à sua procura, mas ao desejo de estabelecer normas comportamentais com base nesses factos. Aspecto que, juntamente com a nossa capacidade de elevação acima das necessidades de sobrevivência imediata, produz, a consciência moral (Damásio, 2008).

#### II.1.6 A mente cultural e as culturas humanas

Damásio (2017) é da opinião de que as perspectivas de Darwinismo social por trás das ideologias eugénicas do Terceiro Reich, levaram a que a biologia fosse responsabilizada pelo extermínio massivo de certos grupos étnicos. E que só nos finais do séc. XX a sociobiologia e a psicologia evolutiva relançaram a perspectiva biológica na transmissão de traços culturais. O objectivo do autor é incorporar os afectos na ligação entre a biologia e a cultura, defendendo que os sentimentos, ao perturbarem o fluir mental, funcionam como activadores do intelecto criador, na construção de instrumentos ou de práticas culturais que poderão corrigir défices homeostáticos. E explica que a capacidade de brincar (*play*) que corresponde ao desejo de jogo e diversão e de “realizar operações aparentemente inúteis” (Damásio, 2017, p. 255), é crucial para a construção cultural. E que o brincar, juntamente com a cooperação, são actividades homeostáticas em si, independentemente do resultado, pois a pessoa que brinca ou coopera é recompensada com sentimentos agradáveis.

Deste modo, situações de perda que provocam tristeza e desespero, conduzem a mente criadora a procurar meios de colmatar estes sentimentos, repondo a homeostasia, através de práticas culturais. Um simples gesto afectuoso, ou as complexas criações da medicina ou da arte, surgem neste sentido. E de cada vez que a condição homeostática é reposta, nascem estados de sentimentos mais complexos, como a gratidão e a esperança.

Questões como a violência, contudo, são um pouco mais complexas. Por um lado, o barbarismo leva ao sofrimento e perturba a homeostasia, sendo função das culturas repô-la.



Por outro, a violência que tem origem sobretudo nos machos – e que pode visar outros machos, fêmeas ou jovens – foi um comportamento extremamente adaptativo durante muito tempo, sendo ainda hoje um potencial herdado pelos seres humanos, que a evolução biológica não conseguiu erradicar, e cuja gama de expressões veio mesmo a ser expandida pela evolução cultural. Deste modo, “uma das tarefas das culturas tem sido domar o monstro que permanece vivo” (Damásio, 2017, p. 240).

Outra questão complexa prende-se com a utilização dos novos media que, através de tecnologias de algoritmos, fornecem ao utilizador conteúdos adequados aos seus gostos políticos, sociais e financeiros. Damásio explica que temos uma resistência natural à mudança de opinião, mesmo que tenhamos provas em contrário, e sejamos inteligentes e informados, uma vez que a mudança activa sistemas cerebrais responsáveis pela zanga e a fúria. E que, estes novos media, que mantêm o indivíduo fechado num nicho de opiniões comuns, constituem um refúgio contra a informação contraditória e respectivos sentimentos desagradáveis. Contudo, esta clausura não vem sem consequências nefastas, pois este sistema facilita a disseminação das chamadas notícias falsas; a rápida disponibilidade de informação, que é um benefício, reduz, contudo, o tempo necessário à sua reflexão, o que obriga a uma rápida classificação dos acontecimentos como bons ou maus, aumentando a polarização de opiniões, social e politicamente; e o excesso de factos provoca uma exaustão que leva à fuga para crenças e opiniões predefinidas, regra geral, as do grupo a que o indivíduo pertence. Na sua opinião,

o novo mundo da comunicação é uma bênção para os cidadãos treinados a pensar de forma crítica e informados sobre História. Mas e qual a sorte dos cidadãos que foram seduzidos por um modelo de vida como diversão e comércio? Em grande medida foram formados por um mundo em que a provocação emocional negativa é a regra e não a excepção, e onde as melhores soluções para um problema passam, em primeiro lugar, por interesses próprios e de curto prazo (Damásio, 2017, p. 293).

O autor explica ainda que a homeostasia básica não se preocupa espontaneamente com os conflitos entre grupos mais vastos, particularmente se forem heterogéneos, e menos ainda com civilizações como um todo. No entanto, afirma que a solução também não poderá passar pela homogeneidade forçada das culturas, que considera inalcançável e indesejável, pois “a ideia de que só a homogeneidade tornaria as sociedades mais

governáveis ignora um facto biológico: os indivíduos que pertencem a um mesmo grupo étnico diferem em termos de afectos e de temperamento” (Damásio, 2017, p. 300).

No entanto, garante que “as estratégias cooperativas fazem parte da composição biológica homeostática dos seres humanos, o que significa que o embrião da resolução de conflitos está presente nos grupos humanos, a par da tendência para conflitos” (Damásio, 2017, p. 304). E sugere que a única solução razoável passará pelos esforços educacionais para que as sociedades consigam cooperar, apesar das suas pequenas ou grandes diferenças. Pois o equilíbrio entre cooperação saudável e competição destrutiva dependeria de contenção civilizacional, que resulta do conhecimento, discernimento e bom senso que advêm da educação, ciências e tradições humanistas – religiosas ou laicas. E só estes esforços podem impedir o conflito funesto entre grupos de indivíduos com diferentes identidades culturais e respectivas diferenças psicológicas, físicas e sociopolíticas. Defende ainda que qualquer solução estará sempre dependente da biologia dos afectos, do conhecimento, do raciocínio e das tomadas de decisão, e que é necessária uma nova posição que ultrapasse antigas dicotomias e seja biologicamente integrada (Damásio, 2017).

## II.2 Psicanálise e identidade

*Healthy (...) [are] those who are (by definition) the nearest to being what they came into the world equipped to be. Donald Winnicott*

A psicanálise tem vindo a ser tão utilizada como criticada pelos estudos feministas e do género. As teorias que têm sido mais abordadas neste âmbito, debruçam-se sobre um período de vida da criança que se dá, aproximadamente, entre os dois e os cinco anos de idade – a chamada fase fálica, com o complexo de Édipo e de Electra – e descrevem o início do desenvolvimento de características masculinas e femininas, através da identificação da criança com o progenitor no mesmo sexo. É durante este período que têm origem alguns dos desenvolvimentos mais importantes para o género da criança, apenas a par com a sua posterior consolidação durante a adolescência.

Esta dissertação, contudo, irá centrar-se numa fase de desenvolvimento anterior, pois quando a criança entra na fase fálica, já tiveram lugar desenvolvimentos cruciais, dos quais vai depender o seu sucesso nesse novo período. Quem inicialmente trouxe a atenção da psicanálise para as fases precoces de desenvolvimento foi Melanie Klein e, posteriormente, Donald Winnicott veio a criar a sua teoria do desenvolvimento emocional baseando-se nos trabalhos de Freud e Klein que, nalguns aspectos desenvolveu e, noutros criticou. Para a abordagem da construção da identidade, iremos basear-nos sobretudo nas teorias de Winnicott que, partindo de uma base freudiana e kleiniana, resultam igualmente num trabalho único. Winnicott (1999) afirma que escolhe investigar a natureza humana através do estudo da criança, porque embora na saúde o adulto continue a crescer e desenvolver-se até ao momento da sua morte, existe um padrão discernível já na criança, tal como o nosso rosto permanece reconhecível ao longo de toda a vida. E, nesse sentido, iremos debruçar-nos sobre o início deste padrão único que nos distingue, e sobre a importância destes primeiros passos na construção da nossa identidade pessoal. Como vimos no capítulo anterior, o nosso estilo afectivo – que determina a forma como experienciamos e decidimos o curso da nossa vida – desenvolve-se nestas fases precoces. E, através do trabalho de Winnicott iremos aprofundar que processos desenvolvimentais são estes que vão ser tão determinantes vida fora.

## Saúde mental enquanto maturidade emocional

Para Winnicott (1999) a psique é

something that has a position from which to become related to external reality, becomes a thing with a capacity to create and to perceive external reality, becomes a qualitatively enriched being able to go further than can be explained by environmental influences, and able not only to adapt but also to refuse to adapt, and becomes a creature with what feels like a capacity for choice (Winnicott, 1999, p. 28-29).

Contudo, Winnicott (1999) adverte que a psique saudável, tal como acima definida, não aparece automaticamente como um fenómeno de crescimento, pois apresenta uma dependência, sobretudo em fases precoces, de um ambiente adaptado. Enquanto que na saúde física e no desenvolvimento do corpo, o factor inerente de crescimento é mais claro, dependente sobretudo da hereditariedade e nutrição, na saúde mental, o desenvolvimento da psique necessita de um ambiente adaptado, enfrentando possibilidades de falha a cada momento, na ausência deste. Para o autor, a saúde mental é uma questão de maturidade emocional adequada à idade do indivíduo, e este crescimento emocional, sobretudo nas fases mais precoces de vida, está estreitamente ligado às condições adaptadas do meio.

Para Winnicott (2007) a maturidade do ser humano implica não apenas crescimento pessoal, mas também socialização:

in health, which is almost synonymous with maturity, the adult is able to identify with society without too great a sacrifice of personal spontaneity; or, the other way round, the adult is able to attend to his or her own personal needs without being antisocial, and indeed, without a failure to take some responsibility for the maintenance or for the modification of society as it is found (2007, p. 83-84).

Esta questão do indivíduo adulto que procura encontrar o seu lugar, contribuindo para a sociedade, sendo ele mesmo, é uma constante no trabalho do autor.

O autor explica ainda que o desenvolvimento dos processos maturacionais levam o ser humano numa viagem que vai da total dependência à independência. Inicialmente, a criança depende totalmente do cuidado materno<sup>14</sup> e a mãe tem de fazer uma adaptação

---

<sup>14</sup> Mais abaixo será explicado o que Winnicott entende por “cuidado materno”, conceito que não é definido pelo parentesco materno mas pela função que o cuidador cumpre.

quase total às necessidades emocionais da criança, para que esta possa estabelecer o self, através da sua tendência natural para se tornar uma unidade integrada. Gradualmente a criança vai adquirindo uma maior independência, à medida que se torna uma unidade, uma pessoa inteira, com um interior e um exterior, diferenciando o “eu” do “não-eu”. A criança desenvolve meios de passar sem o cuidado materno, através da acumulação de memórias de cuidado, e do desenvolvimento de confiança no ambiente. Começa então a conhecer o mundo nas suas complexidades e a identificar-se com a sociedade em círculos sociais cada vez maiores. O autor afirma que quando vimos ao mundo encontramos um legado de condições sociais que temos de aceitar e se necessário alterar, e que, eventualmente, passamos às futuras gerações. E refere que a nossa independência nunca é absoluta, pois o indivíduo saudável não se torna isolado, mas relacionado com o ambiente de forma interdependente. Deste ponto de vista, a vida adulta significa encontrar um compromisso entre aquilo que se copia dos pais e de outras figuras significativas da sociedade e os desafios de estabelecer uma identidade pessoal (Winnicott, 2007).

Defende ainda que o ambiente torna possível o progresso dos processos maturacionais da criança, mas não produz a criança, pois apenas permite à criança realizar o seu potencial. Nesse sentido, a função dos pais e educadores será a de providenciar o que a criança necessita para que estes processos maturacionais sejam possibilitados e não bloqueados. Mas quem a criança se torna depende das suas próprias tendências herdadas, estando portanto, fora do controlo de pais e educadores (Winnicott, 2007). Ao longo deste capítulo iremos esclarecer o que Winnicott entende por ambiente facilitador (da maturidade emocional, da realização do potencial e da identidade do indivíduo), e por potencial inerente a cada indivíduo (cuja realização depende do meio, mas cuja existência é inata).

### II.2.2 O início

Onde começa então o caminho que nos leva a tornar-nos indivíduos adultos, com uma identidade pessoal estabelecida? Como se desenha a fase inicial de desenvolvimento precoce, em que somos totalmente dependentes, e o que depende do sucesso dos processos maturacionais nesta fase?

De acordo com Winnicott (1999) a saúde é definida pelo estado de continuidade do ser. Numa analogia apresentada pelo autor, quando a pressão exterior a uma bolha é adaptada à sua pressão interior, a bolha tem uma continuidade de existência. Num ser humano esta continuidade de existência é apelidada de *ser*<sup>15</sup>. Se, de contrário, a pressão fora da bolha for maior ou menor que a sua pressão interior, esta diferença provoca impacto<sup>16</sup> na bolha. Nesse caso, a bolha muda por reacção à alteração ambiental e não a partir de um impulso pessoal. Em termos humanos, isto significa que existe uma interrupção no *ser*, uma vez que a continuidade de *ser* é interrompida pela reacção ao choque. E só quando o choque e respectiva reacção terminam é que a pessoa pode voltar a *ser*.

Deste modo, o autor afirma que a questão inicial, essencial ao desenvolvimento de cada pessoa, prende-se com a forma como o contacto entre o bebé e o meio é estabelecido. Se é o movimento do próprio indivíduo, com base nos seus processos de vida, que descobre o ambiente, a repetição desta situação torna-se um padrão relacional. Se, por outro lado, é o movimento da inquietude ambiental que está na base do contacto, este é sentido como um choque imprevisível, ao qual o indivíduo reage. E esta situação repetida também se torna um padrão relacional. Mas enquanto a primeira forma de experiência, baseada no impulso da pessoa, é sentida como parte da vida e real, a segunda, com reacção ao choque, produz uma sensação de irreabilidade. Ou seja, quando se dá uma adaptação activa às necessidades do bebé, este pode *ser* e não necessita tomar consciência do ambiente, antes que seja capaz de o fazer sem choque, ou trauma. Mas falhas nesta adaptação provocam uma interrupção da continuidade do *ser*, pela reacção ao choque com o meio (Winnicott, 1999).

### II.2.3 “Ambiente suficientemente-bom” e *holding*

Winnicott foi o criador dos conceitos de “ambiente suficientemente-bom”, ou “mãe suficientemente-bom”. Com estes termos Winnicott designa a relação da criança com o seu cuidador mais próximo, ou seja, a pessoa que se dedica ao cuidado físico e emocional do bebé. Sendo esta pessoa geralmente a mãe, pode contudo ser o pai, outro familiar, ou

---

<sup>15</sup> No original “being”.

<sup>16</sup> A palavra utilizada pelo autor é “impingement”, que será traduzida por choque, impacto ou colisão sempre que mencionada ao longo deste capítulo

adulto próximo. O que a define, e é essencial para o desenvolvimento do bebé, é o facto de cumprir a “função materna”, isto é, que inicialmente se dedique exclusivamente às necessidades do bebé, e apenas gradualmente modere essa adaptação. Assim sendo, ao longo desta dissertação, sempre que se utilizar a palavra “mãe”<sup>17</sup> na teoria de Winnicott, estamos a referir-nos à pessoa encarregue da função materna.

Para que o ambiente seja suficientemente bom, inicialmente a mãe tem que ser capaz de fazer uma adaptação quase total às necessidades do bebé, numa continuação da provisão fisiológica que existe na vida pré-natal, e que só gradualmente se atenua. Isto significa que tem que atender às necessidades de cuidado físico e emocional do bebé, que de início são indistinguíveis, e que incluem a capacidade de ir ao encontro do impulso criativo da criança. Isto acontece quando nasce no bebé um impulso instintivo de movimento, que procura alcançar algo de que necessita. Se a mãe é capaz de reconhecer este momento e ir ao seu encontro, apresentando-lhe o objecto ou acção de que a criança necessita, a criança tem a ilusão de que foi ela que criou o objecto. Ou seja, a adaptação da mãe permite ao bebé ter a ilusão de que cria o meio a partir do impulso da sua necessidade. (Winnicott, 1999). Esta experiência de onipotência, permite à criança sentir-se confiante de que pode criar o mundo e os objectos, o que vai ser crucial no estabelecimento do padrão de relação entre a criança e o meio. De acordo com o autor, a criança humana nasce preparada para criar o mundo, tendo como motivação a sua necessidade pessoal (Winnicott, 2007) – o que nos recorda as necessidades homeostáticas como motivadoras da construção cultural, em Damásio.

O desenvolvimento da criança da dependência à independência envolve diferentes atitudes por parte da mãe. Esta começa com uma total adaptação às necessidades do bebé, permitindo ao bebé um sentimento inicial de fusão com a mãe, e só gradualmente essa adaptação se vai atenuando, em função das necessidades de maior independência do bebé. Se a mãe consegue realizar esta tarefa de forma estável e consistente, dá-se um acumular de memórias de cuidado materno no bebé, que lhe permite começar a sentir-se confiante de que o objecto<sup>18</sup> de desejo – a mãe – pode ser encontrado, podendo, deste modo,

---

<sup>17</sup> Hoje talvez fosse mais adequado dizer “caretaker”, um termo neutro que não envolve género nem parentesco, e que manifesta uma função cuidadora. Contudo, manteremos a terminologia original do autor, até porque a “função materna” (cuidadora) que Winnicott descreve tem especificidades que não encontramos em todas as funções de cuidado.

<sup>18</sup> “Objecto”, em psicanálise, é um termo neutro que significa o outro, podendo ser interno ou externo.

começar gradualmente a tolerar a sua ausência. É desta forma que se começa a criar na criança o conceito de realidade externa, como o local de onde aparecem e desaparecem os objectos (Winnicott, 1999).

De acordo com o autor, a qualidade do cuidado materno, depende da sua estabilidade que não pode ser mecânica, mas empática e que em nada se relaciona com conhecimento intelectual. Tem que ver antes com a capacidade da mãe se identificar com o bebé, através de identificação projectiva, ao ponto de temporariamente se encontrar num estado fusional com o bebé, atingindo um forte sentido das suas necessidades. Sendo a identificação da mãe com o bebé o que lhe permite sentir o tipo de *holding*<sup>19</sup> de que o bebé necessita. O autor considera que as mães que não estão perturbadas, pela ausência de saúde mental, ou por stress presente no seu quotidiano, tendem a saber prestar este cuidado. Deste modo, todo o cuidado materno tem como principal função a apresentação estável do mundo à criança, e só pode ser prestado pela simplicidade e continuidade de cuidado dado por uma pessoa que age naturalmente e que é constantemente ela mesma (Winnicott, 1999, 2007).

Esta adaptação total dura um certo período após o nascimento do bebé e vai-se gradualmente modificando à medida do seu desenvolvimento. A mãe saudável é capaz de ir libertando a sua identificação ao bebé à medida que este tem necessidade de se separar dela. Contudo, o autor adverte que, por vezes, é possível apresentar o cuidado inicial necessário e falhar nesta separação gradual, igualmente importante, permanecendo, deste modo, a mãe fundida com o bebé, adiando a sua separação e, como tal, retardando o desenvolvimento da criança (Winnicott, 2007).

#### II.2.4 Self verdadeiro e self falso

No estado de dependência, a criança só pode vir a *ser* consoante as condições sejam favoráveis, estas, contudo, não determinam o potencial da criança, que nasce com o bebé. Este potencial herdado inclui a sua tendência inerente ao crescimento e desenvolvimento – poderíamos dizer, o imperativo homeostático. – Para o autor, o self verdadeiro é o potencial

---

<sup>19</sup> *Holding* implica uma forma de segurar física e emocionalmente o bebé, num contacto físico e emocional seguro entre mãe e bebé.



herdado que ao experienciar a continuidade de *ser* adquire uma realidade psíquica e um esquema corporal, desenvolvendo-se numa criança individual.

Para Winnicott (2007) todos possuímos um self verdadeiro e um falso, que funcionam num continuum. Na vivência saudável, o verdadeiro self inclui um aspecto complacente – falso self – que é uma capacidade do indivíduo alcançar um compromisso, de ser socialmente adequado, o que permite um funcionamento adaptado dos relacionamentos sociais, enquanto o indivíduo mantém a sua autenticidade. No entanto, sempre que a questão é essencial para o indivíduo o verdadeiro self sobrepõe-se ao self complacente. Mas se o falso self se instala como real, de modo a que o self verdadeiro se retire totalmente, a pessoa perde o contacto consigo mesma, dando lugar a uma personalidade complacente, que se move pelas exigências e expectativas dos outros, não reconhecendo a vontade própria. Num estado intermédio, que se dirige no sentido da saúde, o falso self tem como principal preocupação encontrar as condições que tornam possível a existência do self verdadeiro – sendo muitas vezes, neste último caso, que as pessoas recorrem a uma psicanálise.

De acordo com Winnicott (2007) a origem do falso self encontra-se nas primeiras relações significativas do bebé com os seus cuidadores. Quando a mãe oferece cuidado adaptado, surge na criança o impulso espontâneo, um gesto cuja fonte é self verdadeiro. Se a mãe vai repetidamente ao encontro do gesto espontâneo e criativo da criança, o self verdadeiro começa a ganhar vida, à medida que a mãe implementa as expressões da criança, dando-lhes sentido. Mas se a mãe falha repetidamente na capacidade de ir ao seu encontro, o gesto da criança é substituído pelo gesto da própria mãe, ao qual a criança tem de atribuir sentido. Esta complacência da criança, que tem de ir ao encontro da mãe, é o início do falso self.

O sucesso repetido do cuidado materno permite à criança acreditar que o mundo se comporta de forma mágica, que não choca com a sua onipotência, que pode, deste modo, revogar gradualmente. Neste caso, a espontaneidade do verdadeiro self pode ser reunida aos eventos do mundo. E a criança pode disfrutar da ilusão da onipotência e criar e controlar, reconhecendo gradualmente o seu elemento ilusório, no brincar e imaginar. O self verdadeiro, inicialmente não é mais do que a soma das experiências de vivacidade sensório-motora. Desenvolve-se e relaciona-se com a realidade externa, de modo a que a criança se torne capaz de lidar com estímulos sem trauma, porque o estímulo tem uma

contraparte na realidade interna, psíquica do indivíduo. E todo o novo período de vida em que o self verdadeiro não foi seriamente interrompido, dá origem a um fortalecimento do sentido de ser real, crescendo assim a capacidade de tolerar quebras na vivência do verdadeiro self e experiências reactivas ou de falso self, quando o indivíduo se relaciona com o ambiente numa base complacente.

Para Winnicott (2007) o self verdadeiro é a fonte das ideias pessoais e do gesto espontâneo (self verdadeiro em acção), e apenas ele pode ser criativo, e sentir-se real, enquanto o falso self gera sentimentos de irreabilidade e futilidade. Se a mãe não pode adaptar-se bem, a criança é levada à complacência, reagindo às exigências do meio que aceita, ao contrário de um self verdadeiro que não reage apenas, existe. Através do falso self a criança estabelece falsas relações, e por meios de introjecção, a criança cresce para ser igual a alguém (à mãe, ao pai, ou outro significativo), mas não ela mesma. E, uma vez adulto, nas suas relações, onde é necessária a pessoa inteira, o falso self começa a falhar. O falso self desenvolve-se como uma defesa inconsciente contra o insuportável – a exploração do self verdadeiro que resulta na sua aniquilação.

O autor refere que quando o falso self se organiza num indivíduo com alto potencial intelectual, o falso self e a abordagem intelectual associam-se, desenvolvendo-se uma dissociação entre a actividade intelectual e a existência psicossomática, um quadro facilmente enganador. De acordo com o autor, é frequente encontrar pessoas com alto sucesso académico que, no entanto, têm um sentimento de falsidade e futilidade na sua vida, sem que ninguém à sua volta se aperceba. Mas no que concerne ao funcionamento global da pessoa, por melhor estabelecido que esteja, ao falso self falta sempre algo essencial, que é o elemento central da originalidade criativa.

#### II.2.5 Estabelecimento do estatuto unitário e diferenciação do self

Quando o bebé começa a integrar os elementos sensório-motores numa unidade, começa a adquirir uma tendência para um sentido de existir e a ganhar experiência que pode ser chamada de pessoal. Sob condições apropriadas, esta integração tende ao estabelecimento de um self unitário – o si singular e unificado de Damásio – que é o centro da personalidade do indivíduo. Contudo, quando a personalidade não se estabelece através da continuidade de ser, mas de reacções a choques com o meio, a criança estabelece um

padrão de fragmentação de ser, o que representa uma base patológica de desenvolvimento, quase desde o início (Winnicott, 2007).

Em circunstâncias favoráveis a pele torna-se a fronteira entre o eu e o não-eu, delimitando o self unitário no corpo. Este desenvolvimento é acompanhado por uma ansiedade de perseguição, inerente à ideia da existência do não-eu, que é acalmada pelo cuidado materno adequado. Quando este é adequado, o ego<sup>20</sup> da criança torna-se estável e capaz de incluir os seus instintos, e a construção de memórias de cuidado materno permite à criança uma maior independência, que se manifesta na diferenciação num self pessoal separado. Desenvolve assim a capacidade de ter relações objectais, passando de um estado de relações baseadas num objecto subjectivamente concebido (quando ainda sente que cria o mundo onnipotentemente), para um objecto objectivamente percebido (quando se diferencia da realidade externa). A criança deixa de estar fundida com a mãe para estar separada dela e relacionar-se com ela como um “não-eu” (Winnicott, 2007).

#### II.2.6 Posição depressiva e capacidade de preocupação

Melanie Klein chamou a atenção da psicanálise para um estágio de desenvolvimento emocional a que chamou posição depressiva, onde a criança desenvolve a capacidade de sentir culpa e fazer reparação. Winnicott desenvolveu o trabalho de Klein, descrevendo a capacidade de preocupação que se desenvolve a partir da culpa, e que está associada a uma capacidade de assumir responsabilidade pessoal (Winnicott, 2007).

A determinada altura do seu desenvolvimento, a criança começa a ter uma maior necessidade de independência e a mãe começa então a diminuir gradualmente a sua adaptação à criança, dando lugar a “falhas” que desafiam a onnipotência do bebé. E quando a mãe não se comporta de acordo com os desejos da criança, são desencadeados sentimentos de raiva e impulsos agressivos no bebé (Winnicott, 2007). De acordo com a teoria Kleiniana, no desenvolvimento normal, a criança inicialmente separa o amor que sente pela mãe nutridora<sup>21</sup>, do ódio que sente pela mãe ausente sentida com desconfiança. Mas quando o bebé descobre que a mãe que o alimenta e cuida é a mesma que, por vezes,

---

<sup>20</sup> A palavra ego é utilizada por Winnicott para descrever a parte da personalidade humana em crescimento que, sob condições apropriadas, tende a tornar-se integrada numa unidade.

<sup>21</sup> A mãe que está disponível, presente e que nutre física e emocionalmente.

está inevitavelmente ausente, e que os seus sentimentos de amor e ódio são dirigidos à mesma pessoa, dá-se a fusão dos dois impulsos na conquista da ambivalência, que implica sentimentos de culpa e medo insuportáveis para a criança. A solução passa pelo desenvolvimento da capacidade de reparação. Surge então uma espécie de ciclo benigno em que a criança imaginativamente magoa e posteriormente faz bem à mãe, procurando reparar o mal que crê ter feito, e a repetição do mesmo conduz a criança a gradualmente acreditar no seu esforço construtivo, e a ser capaz de tolerar a culpa (Winnicott, 1999).

Este ciclo benigno de reparação só se estabelece através da presença estável da mãe que tem de continuar empática e receptiva ao gesto reparador da criança. Quando a confiança na oportunidade de reparação é estabelecida, o sentimento de culpa é transformado em preocupação. A criança torna-se então capaz de se preocupar, de tomar responsabilidade pelos seus próprios impulsos instintivos, o que é um dos elementos fundamentais do brincar e, posteriormente, do trabalho, bem como dos relacionamentos. O bebé pode tornar-se mais ousado e livre na experiência dos seus impulsos, atenuando a sua inibição, o que enriquece a sua experiência. Contudo, a falha na estabilidade materna conduz à perda da capacidade de preocupação, a ansiedade e defesas como a clivagem e a desintegração, à inibição do instinto – da capacidade de amar – e à indisponibilidade do sentimento de quietude necessário ao brincar construtivo (Winnicott, 2007).

Sob condições apropriadas, a criança torna-se capaz de gerir o bom e o mau que tem dentro de si, surgindo um estado interno altamente complexo. O mau é guardado para ser utilizado na expressão de raiva e o bom mantido para o crescimento pessoal e a reparação. Todos estes processos acontecem no inconsciente da criança, no conteúdo da psique que existe aparte dos seus esforços de compreensão intelectual (Winnicott, 1999).

Durante a posição depressiva a criança desenvolve um self estrutural, com uma riqueza interior e um objecto amado sentido como uma pessoa valiosa e estruturante, e alcança a capacidade de aceitar responsabilidade pela intenção destrutiva do impulso amoroso total, incluindo a raiva das inevitáveis frustrações. Porém, apesar destes fenómenos se iniciarem em fases precoces, nunca ficam totalmente estabelecidos, e continuam a fortalecer-se vida fora. E o impulso amoroso primitivo continua a fornecer a base das dificuldades inerentes à vida, na saúde (Winnicott, 2007).

### II.2.7 Estilo paranóide

De acordo com Winnicott, as experiências insatisfatórias da criança face ao mundo externo são sentidas interiormente como maléficas e, se não podem ser controladas ou eliminadas, tornam-se persecutores internos, sentidos como ameaças. Quando estes elementos persecutórios se tornam intoleráveis são projectados para o mundo exterior, levando a criança a sentir exageradamente a perseguição real, ou delirá-la na sua totalidade. Deste modo, quando existe expectativa de perseguição, a perseguição real produz alívio, pois permite ao indivíduo não se sentir delirante.

O estilo paranóide reside numa constante condição de perseguição esperada, e manifesta-se numa tendência para atacar em defesa, isto é, um ataque ao exterior na expectativa de ser atacado por este. Origina-se num trauma precoce, pois a sensibilidade à suspeita e inimizade podem estar presentes desde muito cedo. Se a integração inicial da criança se dá por reacção a choques de fontes externas, o choque vai continuar a ser esperado e necessário para a integração do sujeito, o que constitui uma base precoce para uma disposição paranóide. Este padrão, embora patológico, é necessário à integração momentânea do indivíduo. Mas não é inerente, pois tem por base a ansiedade, ao contrário do impulso instintivo verdadeiro de base biológica (Winnicott, 1999).

No indivíduo saudável pode haver alguma expectativa persecutória mas também existe um bom objecto interno protector, pela acumulação de experiências de cuidado. Aspecto que se torna decisivo na posição depressiva, quando se dá uma luta entre as forças do bem e do mal, os elementos benignos e persecutórias dentro e fora da personalidade da criança. São os bons relacionamentos internos, suficientemente estabelecidos, que permitem ao indivíduo sentir-se confiante sobre o presente e o futuro, mesmo na ausência de objectos externos. Esta capacidade de estar sozinho na presença de alguém permite os relacionamentos maduros na vida adulta, amorosos ou de amizade, e apenas neste contexto os relacionamentos fortalecem o ego em vez de o perturbar. Mas a pessoa paranóide carece deste bom objecto internalizado, não se sente confiante sozinha, necessita dos choques com o exterior e da defesa pelo ataque para se sentir integrada, e tem debilitada a possibilidade de relacionamentos adaptados (Winnicott, 2007).

### II.2.8 Criatividade e brincar

De acordo com Winnicott (2005), a procura de Si necessita de determinadas condições para ser bem sucedida, estando estas associadas ao que geralmente se apelida de criatividade. Defende que é no “brincar” – o *play* inato de Damásio – que o indivíduo, criança ou adulto, pode ser criativo e utilizar a totalidade da sua personalidade, e é apenas ao ser criativo que o indivíduo descobre o seu self. O sentido de self é assim formado a partir da soma de duas experiências: relaxamento em condições de confiança e actividade criativa manifesta no brincar. Dentro destas condições o indivíduo pode existir como uma unidade, não como uma defesa contra a ansiedade, mas de vivacidade em ser ele mesmo.

It is creative apperception more than anything else that makes the individual feel that life is worth living. Contrasted with this is a relationship to external reality which is one of compliance, the world and its details being recognized but only as something to be fitted in with or demanding adaptation. Compliance carries with it a sense of futility for the individual and is associated with the idea that nothing matters and that life is not worth living (Winnicott, 2005, p. 87).

Deste modo, o indivíduo descobre o seu self verdadeiro no brincar, mas apenas este pode brincar, pois o falso self não pode ser criativo. O autor refere que muitos indivíduos já experienciaram momentos suficientes de criatividade para ter a noção de que vivem a maioria do seu tempo de forma não criativa “as if caught up in the creativity of someone else, or a machine” (Winnicott, 2005, p. 87). E defende que viver criativamente é um estado saudável e que a conformidade é uma base enferma para a vida.

Do seu ponto de vista “schizoid people are not satisfied with themselves any more than extroverts who cannot get in touch with dream” (Winnicott, 2005, p. 90), pois se para a pessoa esquizoide, a realidade externa permanece um fenómeno subjectivo – mesmo que tenha uma vida funcional – o indivíduo que está exageradamente ancorado na realidade objectiva não está em contacto com a sua realidade interna nem com a abordagem criativa. Em ambos os casos, as pessoas recorrem a uma psicanálise porque têm a sensação de que algo está errado, pois sentem uma dissociação da sua personalidade em elementos que vivem em compartimentos separados, querendo ser auxiliados a encontrar um estado unitário.

### **III. ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE O GÉNERO À LUZ DAS NEUROCIÊNCIAS E DA PSICANÁLISE**

Na primeira parte desta dissertação foram apresentadas as principais teorias e argumentos presentes hoje nos feminismos e nos estudos de género. Na segunda parte abordámos a construção da identidade sob dois pontos de vista diferentes, mas complementares, as neurociências e a psicanálise. Neste capítulo iremos estabelecer o diálogo entre os capítulos precedentes, e analisar de que forma estas teorias da construção da identidade podem ampliar a compreensão de alguns aspectos relacionados com o género e o seu estudo. Assim, iremos rever e comentar os argumentos sociais, os biológicos, do feminismo do género, do feminismo radical e dos movimentos pós-modernos.

#### **III.1 Género social e falso self**

Como vimos anteriormente, de acordo com Spelke, as diferenças que hoje encontramos nos lugares que homens e mulheres ocupam na sociedade, seja lugares hierarquicamente superiores ou áreas distintas de maior concentração de um género ou de outro, devem-se a factores de ordem social, nomeadamente: 1) o enviesamento das percepções dos pais que, apesar da sua melhor intenção em contrário, socializam as crianças para serem homens ou mulheres adequados às representações de género, limitando-lhes as opções; 2) o enviesamento da percepção de empregadores (eles próprios socializados na infância e vida fora), que excluem mulheres de determinadas carreiras devido a preconceitos e estereótipos sobre as qualidades de cada sexo; 3) e a tradicional sub-representação das mulheres em determinadas áreas que as levará a assumir que essas áreas pertencem ao mundo dos homens. Spelke afirma inclusivamente que a única forma de conhecer os verdadeiros interesses de cada género é terminando com a discriminação e a socialização genderizada, pois enquanto existirem forças impostas socialmente para criar indivíduos genderizados de acordo com o seu sexo, não podemos saber como ou quem os indivíduos de facto são.

Existem, seguramente, diferenças nas concepções sociais do que significa ser homem ou mulher que, sem dúvida, influenciam o comportamento dos indivíduos. E estudos que mostram como, por exemplo, em situações de trabalho, existe um enviesamento das escolhas dos empregadores com base no género, em detrimento das

capacidades da pessoa. As teorias expostas nos capítulos anteriores suportam algumas das considerações que se seguem.

De acordo com a teoria de Winnicott, o ser humano adulto saudável é capaz de se identificar com a sociedade sem que isso implique um sacrifício da sua espontaneidade, ou seja, o autor considera que faz parte das capacidades do indivíduo adulto encontrar um compromisso saudável entre quem é e as exigências do meio.

Ora, sendo o género considerado um aspecto do meio que é imposto exteriormente ao indivíduo que o incorpora, uma vez que, de acordo com as teorias sociais, as diferenças de género são resultado de processos de socialização, o género social pode remeter para um falso self. Então, podemos assumir que mesmo que exista pressão externa para que o sujeito se torne no que a sociedade dita que devem ser os homens ou as mulheres, o cidadão maduro sabe encontrar um compromisso que lhe permita funcionar de forma adaptada em sociedade, sendo ele mesmo. Isto não significa que seja imune às pressões sociais, mas que o indivíduo saudável, com um self verdadeiro estabelecido como base da sua personalidade, apenas cede a essas pressões na medida em que não ponham em causa a sua autenticidade. O que significa que as decisões cruciais da sua vida são tomadas de acordo com a sua identidade pessoal e não de forma complacente a pressões sociais.

De acordo com Winnicott, a criança nasce com um potencial herdado que, em circunstâncias adaptadas, se desenvolve numa criança única. Este potencial inclui a tendência inerente ao crescimento, o imperativo homeostático de Damásio. De acordo com Damásio, a selecção natural manteve os sentimentos na nossa evolução para que nos guiem a todo o momento no caminho da nossa homeostasia. Por outras palavras, a biologia e a psicologia dos nossos afectos é criada para que possamos sobreviver e crescer. E, articulando as ideias dos dois autores, a criança que tem a possibilidade de iniciar a relação com o mundo a partir de uma continuidade de ser que lhe permite ser espontânea, vai desenvolvendo uma perspectiva única na forma como se relaciona com o mundo e vive experiências singulares, que se manifesta na sua subjectividade, orientada pelos sentimentos homeostáticos do seu potencial inato ao crescimento. Ou seja, somos feitos para ser guiados a todo o momento a crescer para ser quem somos. Podemos concluir que, perante condições adequadas, o ser humano desenvolve naturalmente uma subjectividade que é o centro da sua personalidade e tomadas de decisão. Este potencial herdado, embora único em cada pessoa, está presente em todos os seres humanos à nascença sendo,



portanto, anterior aos processos de socialização e, de acordo com Winnicott, fora do controlo dos pais e educadores. Deste modo, quem a criança vem a tornar-se depende, não tanto da sua socialização, como da possibilidade desse potencial se desenvolver. Concluímos que em circunstâncias normais, o indivíduo homem ou mulher, escolhe a área de estudos e trabalho em que pretende investir, os seus relacionamentos, e o seu modo de vida de acordo com a sua identidade pessoal e os seus interesses, e menos por pressões externas.

Mas então e se a sociedade lhe fecha portas, em função do seu sexo ou género? Se encontra vedada a possibilidade de ter o emprego para o qual o seu potencial inato desenvolvido o vocaciona e torna competente, pelo preconceito do empregador face ao que entende ser as qualidades do homem ou da mulher?<sup>22</sup> Como referido acima, o indivíduo adulto saudável deve saber tanto manter a sociedade como transformá-la. Devemos continuar a trabalhar por uma sociedade em que nenhum homem ou mulher seja impossibilitado de manifestar o seu potencial herdado, devido ao seu sexo, ou seja, agir no sentido de impedir que qualquer acesso seja vedado em função do sexo.

No entanto, uma questão é que as portas estejam abertas, outra, é que as pessoas se sintam obrigadas a atravessá-las. Quando hoje falamos na pressão social do género, falamos exactamente do quê? Se apenas nos referimos aos papéis tradicionais de género que ainda empurram as mulheres para a vida doméstica, a maternidade e a passividade, deixamos de fora metade da equação. As mulheres que nasceram já com a influência social dos movimentos feministas – digamos a partir das gerações de 70 e 80 – encontram-se entre as pressões do passado e as ideologias do presente. Os novos ideais feministas exigem que sejam mulheres “independentes”, o que frequentemente significa que coloquem a carreira acima da maternidade, que não casem, mas se o fizerem, que tenham previamente a vida sexual esperada na mulher “emancipada”, e, acima de tudo, que ocupem lugares de liderança. Ora, as pessoas que vieram a desenvolver-se através de um falso self e são mais permeáveis aos ditames sociais do género, tanto o são para os valores tradicionais, como para os “feministas”. E o sentimento de sentido e valor da vida vem da autenticidade do

---

<sup>22</sup> Esta questão coloca-se num perspectiva unicamente de género, não estando aqui contempladas as condicionantes socioeconómicas – possivelmente mais prementes que o género – que hoje impossibilitam transversalmente o acesso ao emprego nas áreas de formação e escolha de homens e mulheres, em Portugal e noutros países. Quando falamos na capacidade de escolha do emprego ou área de estudo, referimo-nos à capacidade do indivíduo escolher em função do que deseja autenticamente, e não de acordo com as convenções sociais de género.

nosso self verdadeiro, não de uma carreira naquilo que a sociedade, a cada momento, considera sucesso. Quando hoje nos referimos às pressões sociais e aos processos de socialização genderizada temos que ter em conta os dois lados da questão. Sugerimos que faz sentido lutar por uma sociedade em que as pessoas possam ser elas mesmas, em que homens e mulheres possam escolher a vida que para si faz sentido, sem que sejam discriminados face ao seu sexo ou género, independentemente dessa discriminação se associar a papéis tradicionais ou a uma visão feminista do mesmo. Há quem diga que o feminismo é sobre ter possibilidade de escolha. Poderá existir um maior benefício em centrarmo-nos em abrir portas que ainda permaneçam fechadas, em detrimento da monitorização de quem decide atravessá-las. E, talvez, questionar o critério da entrada na dita porta, como avaliação da sua abertura.

O que significa então “emancipação”? O que é esperado da mulher emancipada? No *Dicionário Priberam* encontramos “emancipar: tornar ou ficar independente; libertar; libertar-se do poder paternal; livrar-se de toda e qualquer tutela, podendo administrar os seus bens livremente”. E questionamos nós, que independência é esta? Que liberdade? Que “poder paternal”? Que bens? Está-se a falar das mulheres em relação aos homens? Do poder do patriarcado? De bens materiais? Ou poderão ser esta liberdade, poder paternal e bens, primordialmente, de outra natureza? Winnicott diz-nos que o desenvolvimento emocional da pessoa, vai da total dependência à independência. Que pode significar, neste contexto, a emancipação? Continuaremos esta interrogação adiante.

Torna-se importante reforçar que os aspectos sobre os quais se debruçam as ciências sociais e os estudos feministas, tais como o emprego, o casamento, a maternidade, entre outros, não são conceitos fechados num formato rígido, que se possam prescrever ou desaconselhar em função de agendas políticas. São desenvolvimentos fundamentais da vida humana, que indivíduos saudáveis vivem de forma única, de acordo com a singularidade da sua identidade, que lhes permite ter a vida criativa onde se encontra o sentido de estar vivo.

Contudo, é certo que muitas pessoas vivem através de falsos selfs, e que estas, mais que quaisquer outras, estão vulneráveis às forças externas às quais têm pouca capacidade de dizer “não”. A sua personalidade complacente leva-as a sucumbir às exigências do meio, entre elas, aquilo que delas é esperado enquanto homem ou mulher. E será nos casos de falso self que as teorias da socialização para o género poderão ter a sua melhor aplicação, quando, como explica Winnicott, as pessoas sentem que em vez de viverem de acordo com

a sua criatividade, vivem como se tivessem sido apanhadas na criatividade de outra pessoa, ou de uma máquina, diríamos nós, do género. Mas, partir do princípio de que todos os sujeitos se tornam quem são através dos processos de socialização que os conduzem a personalidades genderizadas, é pressupor a existência de uma passividade generalizada e a inexistência de indivíduos saudáveis, pois estes são capazes de manter a sua autenticidade perante pressões sociais, assumindo responsabilidade por si mesmos, pelas suas escolhas e a pela forma como orientam a sua vida. Assumir que os factores sociais determinam o indivíduo é negar o seu potencial inato que, dadas as condições adequadas, lhe permite tornar-se um sujeito responsável por si e com capacidade de escolha.

Para terminar, iremos abordar criticamente os argumentos apresentados por Spelke: 1) se os pais e educadores oferecerem as condições necessárias ao desenvolvimento do self verdadeiro, a socialização genderizada não será o centro do seu desenvolvimento; 2) se os indivíduos crescerem saudáveis e capazes de assumir a sua responsabilidade na comunidade farão o que estiver ao seu alcance para mudar a discriminação que ainda existe, nomeadamente face ao género nos locais de trabalho; 3) se as pessoas crescem com um bom objecto interno, que lhes dá confiança no presente e no futuro e lhes permite estabelecer o seu self verdadeiro, arriscam entrar em áreas onde o seu género não está tão representado, porque não dependem tanto da validação externa para agir de acordo com uma motivação interna na qual confiam.

### III.2 Género biológico, disposições precoces e diferenças evolutivas

De acordo com Pinker, as diferenças biológicas entre homens e mulheres conduziram-nos a diferentes psicologias evolutivas, que são responsáveis por diferentes temperamentos, interesses, motivações e curvas distributivas, que orientam cada sexo a escolhas de vida distintas. De acordo com Pinker e Cronin, as diferentes distribuições de homens e mulheres pelas actividades profissionais devem-se às suas escolhas que são orientadas pela natureza evolutiva do seu sexo biológico. De facto, existe uma quantidade de estudos que se focam nestas diferenças evolutivas nas características de homens e mulheres. Refere-se a maior tendência masculina para a agressividade, mencionada inclusivamente por Damásio, mas também questões referentes a diferentes gostos e interesses pessoais, motivações de vida e outros factores decisivos para a forma como os

indivíduos tomam as suas decisões. As neurociências e a psicanálise afirmam que o substrato herdado do ser humano é uma parte vital da sua constituição que, em conjunto com factores ambientais, vem a determinar a identidade e personalidade da pessoa. Contudo, Pinker, que concorda que são as experiências únicas que tornam as pessoas singulares, não admite a relevância do meio para as disposições adquiridas precocemente, como demonstram as neurociências e a psicanálise, cruciais no modo como experienciamos estas vivências únicas. E aqui se encontra a principal crítica que pode ser feita ao determinismo biológico, na negligência do factor ambiental, sobretudo no início de vida.

Damásio explica que estas experiências únicas que são a base da nossa pessoalidade, da nossa identidade e tomada de decisão, são vividas sob a influência da interacção entre factores genéticos e disposicionais precoces, sendo esta combinação de factores inatos e adquiridos responsável pela forma como permanentemente consolidamos e renovamos a nossa memória autobiográfica, que nos vem a definir. Deste modo, um aspecto crucial na forma como vivemos as nossas experiências únicas e reclassificamos as nossas memórias, é o nosso estilo afectivo, uma realidade neurológica que altera o nosso organismo, e que determina a qualidade dos conteúdos a que prestamos atenção, a sua reformulação e o sentido que damos ao que nos sucede ao longo da vida. De acordo com Damásio, estes estilos afectivos são estabelecidos na primeira infância, através dos factores ambientais que modificam a activação emotiva durante o nosso desenvolvimento. Explica ainda que a nossa maquinaria emotiva, infundida na nossa memória autobiográfica, e da qual depende o nosso comportamento quotidiano, é amplamente não-consciente e, para que seja adaptada é construída ao longo dos largos anos da nossa infância e adolescência. Mas para que os nossos processos não-conscientes sejam adaptados, dependem da adequação das nossas experiências prévias, que nos informam emocionalmente. Deste modo, não podemos ter em conta uma acção individualizada, sem reconhecer a dependência da adequação das suas experiências prévias, sobretudo as precoces, uma vez que são estas que vêm a definir o património emocional que guia as suas acções.

Winnicott dedicou o seu trabalho a entender as interacções precoces entre factores inatos e ambientais. Como vimos, para que o potencial herdado, que inclui gostos e talentos que descobrimos e desenvolvemos ao longo da vida, tenha possibilidade de se estabelecer e crescer, numa fase muito precoce estamos totalmente dependentes das condições do meio. Assim, só aqueles que tiveram um ambiente adaptado no início de vida, puderam

estabelecer o seu self verdadeiro – o seu potencial herdado – como centro da sua personalidade e das suas tomadas de decisão. Nestes casos, podemos afirmar que as nossas características inatas, desenvolvidas num meio adequado, definem quem somos porque, como afirma Winnicott, saudável é aquele que está mais perto de ser aquilo que nasceu equipado para ser. Nesta perspectiva, é como se nascêssemos com um baú de características, interesses e talentos, sendo o ambiente adequado quem nos dá a chave que abre esse baú e permite descobrir, utilizar e desenvolver o que contém. Com essa chave podemos saber o que trazemos connosco e escolher qual a melhor forma de empregar e desenvolver este material, descobrindo como o aplicar nas nossas vidas e na sociedade.

Mas, e quem não teve acesso a essa chave e passa a vida com o baú fechado, desconhecendo o seu conteúdo, e muitas vezes não reconhecendo sequer a sua existência? As teorias de determinismo biológico tendem a negligenciar estes casos, e a importância do meio para o desenvolvimento do potencial inato.

Estas ideias aplicadas ao género, levam-nos a supor que, para quem teve a possibilidade de estabelecer o seu self verdadeiro como centro da sua personalidade – self esse de base biológica, mas que necessita do meio para se desenvolver – tende a ser um indivíduo que assume responsabilidade pelas suas escolhas de vida, tomadas de acordo com quem é, sendo portanto a imposição de um género social, um factor secundário. Mas se o indivíduo se desenvolveu através de um falso self, não podemos partir do mesmo princípio. O estabelecimento do self verdadeiro ou falso é crucial quando a criança começa a identificar-se com o progenitor do mesmo sexo – na fase fálica – na postura mais criativa ou mais complacente com que o faz. Através do falso self a criança cresce para ser igual à mãe, ao pai, ou outro significativo, mas não ela mesma. E o facto de os falsos selfs se instalarem como reais não só para o observador, mas para o próprio, mais vezes do que reconhecemos, faz com que as teorias exclusivamente biológicas não sejam igualmente úteis para todos, porque os seres humanos têm vidas e experiências diferentes, que vão determinar a forma como as suas características inatas evoluem.

A teoria de Winnicott face às noções de verdadeiro e falso self, de criatividade e de autenticidade, não faz distinção entre sexos. De acordo com o autor,

while men and women have much in common they are nevertheless also unlike.

Obviously creativity is one of the common denominators, one of the things that men

and women share, or they share distress at the loss or absence of creative living (Winnicott, 2005, p. 96).

E o mesmo se pode aplicar ao imperativo homeostático. Quando falamos de potencial criativo e de homeostasia, estamos ao nível da natureza humana, não da natureza de cada sexo.

Curiosamente quando Cronin sugere que o darwinismo é, afinal, um determinismo social, defende que são as diferenças no ambiente que definem que características da natureza humana se manifestam, assim como as diferenças de comportamento entre os indivíduos. Na sua opinião, os homens podem ter na sua natureza um maior potencial para a violência, mas esta só se manifesta perante determinadas condições sociais. E quando Damásio se refere à tendência para a violência nos machos, afirma que é um potencial herdado pelos humanos por ter sido um comportamento extremamente adaptativo no passado, que a evolução biológica não conseguiu erradicar. Do ponto de vista evolutivo, os comportamentos seleccionados natural e sexualmente, são aqueles que se revelam adaptativos, isto é, que cumprem a função para que foram desenhados. O que nos leva a perguntar, o que aconteceria ao maior potencial dos homens para a violência se as condições sociais que tornam a sua expressão inexistente permanecessem estáveis ao longo do tempo? O que aconteceria se a violência deixasse de ter uma função adaptativa, durante um longo período de tempo? Não haveria benefícios para os estudos de género em reconhecer e aprofundar as causas funcionais e adaptativas da violência na construção de soluções sociais?

De acordo com Daly e Wilson (1997), “it should be obvious that evolved adaptations can be expected to be reproductively effective only in environments that are not crucially different from those in which the relevant history of natural selection took place” (p. 60). Os autores explicam que as sociedades caçadoras-recolectoras são o melhor modelo das circunstâncias sociais em que evoluíram as características da psique humana, e que são em variados aspectos distintas das actuais sociedades modernas. E que as adaptações psicofisiológicas muitas vezes incluem respostas não só às circunstâncias imediatas mas também à acumulação de consequências experienciadas. Como exemplo referem que num estudo experimental foi verificado que um insulto a homens criados em “culturas de honra” eleva os níveis de testosterona desses homens, mas não tem o mesmo efeito em homens criados fora destas culturas (Nisbett e Cohen, 1996, citado por Daly e Wilson, 1997). Ou

seja, se por um lado os níveis de circulação de testosterona no sangue têm efeitos no processamento de informação e comportamento, por outro, estes níveis de testosterona são afectados pelas especificidades da experiência cultural. E o que fará diferença neste caso: a forma como o insulto é culturalmente interpretado, ou as diferenças nas consequências face a uma possível agressão? Os autores defendem que as interações violentas são sensíveis às prováveis consequências, pois, do ponto de vista evolutivo, um comportamento é seleccionado pela sua função tendo sempre em conta os seus riscos e os benefícios. A consequência prática que podemos induzir destas teorias é que se os comportamentos violentos são sensíveis ao ambiente, tanto ao nível do *trigger* como da consequência provável, podemos intervir a estes níveis. Se a violência foi um comportamento adaptativo durante muito tempo e por isso seleccionado evolutivamente, a partir do momento em que as condições sociais que a activam desapareçam e as consequências do comportamento violento deixarem de ser adaptativas (consequências punitivas, legislativas), a violência deixará de ser um comportamento adaptativo, e a seu tempo, seleccionado. Se este aspecto já é evidente na diminuição da violência em sociedades que socialmente reflectem esta realidade, o que aconteceria à nossa natureza evolutiva se esta realidade social fosse persistente no tempo? Não se supõe que cerca de 150 anos de feminismo possam fazer frente a dois milhões de anos de selecção natural de vida caçadora-recolectora. Mas o que acontecerá se, persistentemente, ao longo do tempo, a igualdade de direitos e a não violência se verificassem adaptativas? O facto de a violência ter sido adaptativa no passado não significa que venha a ser no presente, nem no futuro. E se a psicologia evolutiva nos pode ajudar a compreender a função evolutiva dos nossos comportamentos, também nos mostra que estes foram desenhados para ser sensíveis ao meio e que a sua selecção se dá pela sua adaptabilidade funcional, no meio em que se inserem. O reconhecimento de que as diferenças de género possam advir das nossas diferenças evolutivas não é sinónimo de que estas diferenças sejam seleccionadas para sempre, nem que nada possamos fazer sobre o assunto. Pelo contrário, o passado ajuda-nos a compreender o presente, e no presente temos a possibilidade de fazer escolhas que alteram o futuro. Estas reflexões não devem subestimar a consciência moral referida por Damásio, isto é, a capacidade do ser humano se elevar acima das suas necessidades de sobrevivência imediata, unida ao seu desejo de estabelecer normas com base em verdades factuais. Daly e Wilson (1997) reconhecem que as diferenças das sociedades modernas face

às caçadoras-recolectoras são responsáveis por fenómenos como a escolha de não ter filhos, ou as vasectomias que seriam inexplicáveis à luz das teorias do fitness darwiniano, isto é, da posteridade reprodutiva. Na mesma linha, podíamos referir o crescente número de pais – homens – que se dedicam cada vez mais à função materna (como descrita por Winnicott), e investem pessoalmente na educação dos seus filhos, o que iria contra os papéis definidos pela selecção sexual, segundo a qual são as fêmeas que se dedicam as estas funções. O que acontecerá às diferenças sexuais evolutivas se os cuidados paternos se verificarem – persistentemente, ao longo do tempo – tão adaptativos como os maternos? O reconhecimento das nossas diferenças evolutivas não nos torna mais determinados por estas, dá-nos antes o conhecimento e a possibilidade de encontrar soluções biologicamente integradas – tal como defende Damásio – para questões centrais das sociedades actuais.

Para terminar, voltando à argumentação de Pinker, podemos afirmar que o potencial inato de cada um, em circunstâncias favoráveis ao seu desenvolvimento, determina quem a pessoa se torna, seja homem ou mulher. Mas, caso a pessoa desenvolva a sua personalidade com base num falso self, fica particularmente vulnerável às pressões sociais, entre elas as do género, aumentando a probabilidade de que venha a tornar-se no homem ou na mulher que se espera de si, não sendo as suas escolhas autênticas.

E, ainda que as teorias da psicologia evolutiva possam ser úteis para o entendimento da natureza humana e das diferenças de género, pela sua análise funcional dos comportamentos e, nesse sentido, devam ser incluídas nos estudos de género, têm, contudo, que ser utilizadas com cautela, pois ainda será cedo para perceber como estas diferenças evolutivas se manifestam e, eventualmente, alteram, perante as mudanças sociais a que assistimos nas sociedades modernas. No entanto, o conhecimento de que os comportamentos para os quais somos desenhados cumprem uma função adaptativa face ao meio, permite pensar sobre como lidar com determinados comportamentos, nomeadamente os criminosos, para que possamos ver alterações a longo prazo. E uma postura de negação das nossas diferenças evolutivas não nos permite utilizar estes conhecimentos em nosso proveito.



### III.3 Feminismo do género, patriarcado, resistência à mudança e expectativa persecutória

A revolução das mulheres teve início há cerca de século e meio, embora não tenha chegado do mesmo modo a todas as partes do globo, e esteja ainda embrionária em determinadas geografias. Contudo, quando nos ocupamos das sociedades ditas “civilizadas” e democráticas, os progressos das mulheres são inquestionáveis. Todos os aspectos que dantes eram vedados às mulheres como o direito ao voto, à educação, à vida profissional, à detenção de propriedade, ao divórcio e à contracepção, entre outros, estão hoje conquistados. Contudo, como vimos, uma facção do feminismo, apelidada de feminismo do género, defende que, mesmo nas sociedades modernas, continuamos perante uma sociedade patriarcal. De acordo com estas feministas, a dominação masculina continua a formatar as pessoas, uma vez que as crianças nascem sexualmente neutras e são transformadas em personalidades genderizadas por acção da socialização androcêntrica, cujo objectivo é tornar um género ditador e outro obediente.

Ora, para as mulheres que escolhem estudar o que sentem vontade, decidem em que profissão querem investir, quando e se querem ter filhos ou casamentos, poderá parecer algo intrigante que outras mulheres da mesma sociedade acreditem verdadeiramente ser subjugadas à dominação masculina. E que sejam utilizados indiscriminadamente termos como “patriarcado” para definir a dinâmica de países como Portugal, os Estados Unidos, ou a Arábia Saudita. Estaremos de facto debaixo de uma teia patriarcal apenas mais visível em certos países, mas igualmente existente nos demais? Ou, que aspectos se poderão esconder por trás desta crença?

De acordo com Daly e Wilson (1997), o ser humano desenvolveu um talento inato para construir modelos mentais sobre os motivos das acções intencionais de agentes semelhantes a si mesmo. Contudo, um subproduto desta aptidão natural, dá-se na sua aplicação errada, não a sujeitos, mas a entidades que não são agentes intencionais, como “a sociedade”. Defendem assim que o tratamento do “patriarcado” como um agente coesivo e intencional, não só não clarifica os conflitos e relações de poder entre os sexos, como obscurece a relevância dos conflitos entre homens nas suas inclinações para controlar coercivamente as suas esposas (na perspectiva evolucionista de que o controlo dos homens face às mulheres aumenta na presença de rivais masculinos, numa função protectora da sua

posteridade reprodutiva através da *male sexual proprietariness*<sup>23</sup>). Deste modo, de acordo com os autores, explicações do patriarcado enquanto agente intencional obscurecem a complexidade dos motivos sociais e a ubiquidade dos conflitos de interesse – causa predominante dos conflitos interpessoais.

De um outro ponto de vista, Damásio fala-nos da nossa resistência natural à mudança, que se encontra cerebralmente associada aos sistemas responsáveis pela zanga e a fúria. Por outras palavras, não gostamos de mudar. O que nos pode conduzir a pelos menos duas hipóteses. A primeira é de que, embora as leis tenham mudado, as mentalidades levam mais tempo, pois ainda persistem alguns estereótipos e preconceitos que depreciam e influenciam a vida das mulheres<sup>24</sup>. A ideia de que ainda há trabalho a fazer ao nível dos direitos das mulheres, mesmo nas sociedades modernas, é não só razoável como adaptada à realidade. E uma possível forma de o entender, prende-se com a morosidade da transformação das mentalidades face à alteração das leis.

A resistência à mudança também se pode verificar numa segunda hipótese, isto é, na dificuldade em reconhecer como facto as rápidas mudanças no estatuto das mulheres, ao longo do século passado. Se as mulheres viveram milénios de submissão masculina, no espaço de um século alcançaram liberdades que são ainda difíceis de assimilar. E, neste sentido, a resistência à mudança tanto pode atrasar a alteração dos estereótipos, como a percepção da mudança que já teve lugar. Relativamente a esta última hipótese, da dificuldade em ver os aspectos positivos das mudanças alcançadas e continuar a enfatizar os aspectos negativos – reais ou imaginários – da (talvez ainda) dominação masculina, porque é que esta visão da prevalência da dominação masculina não é igualmente partilhada por todas as pessoas?

De acordo com Damásio, as nossas personalidades têm que ver com os nossos estilos cognitivos e afectivos, desenvolvidos nas nossas infâncias, ou seja, aquilo que percebemos no mundo e a forma como o entendemos tem que ver com as nossas experiências passadas. O que resulta no facto de alguns indivíduos tenderem a reformular

---

<sup>23</sup> “Propriedade sexual masculina”: a violência contra as mulheres terá a função de as deter de cursos de acção que coloquem em causa a posteridade reprodutiva do marido (infidelidade ou abandono).

<sup>24</sup> Como exemplo, o recente caso do juiz Neto de Moura que utilizou a bíblia para justificar a violência doméstica em caso de adultério (Flor, 2017). O caso deste juiz não é isolado, e só veio ao conhecimento público graças à denúncia de associações feministas que continuam a monitorizar a aplicação justa das leis. No entanto, esta denúncia pode ter sido levada a cabo por feministas da equidade, que se preocupam com a igualdade de direitos, não tendo a sua acção necessariamente que partir de um pressuposto de conspiração masculina iminente.

as suas memórias por forma a diminuir a sua negatividade e aumentar o seu bem estar, e outros tenderem a favorecer o pior das suas experiências. Como desenvolvemos estilos cognitivos e afectivos distintos, não interpretamos o mundo da mesma forma, incluindo as relações entre os homens e as mulheres com a sociedade. Podemos colocar a hipótese que pessoas com um estilo cognitivo-afectivo específico se identifiquem mais com o feminismo da equidade, e indivíduos com um estilo cognitivo-afectivo distinto se identifiquem mais com o feminismo do género? São suposições que podemos explorar.

Nesse caso, que estilo cognitivo e afectivo justificaria a crença de que em sociedades modernas ainda vivemos sob um sistema patriarcal? Entre outras opções possíveis, colocaremos a hipótese de uma disposição de expectativa persecutória, tal como definida por Winnicott. Esta disposição pode iniciar-se muito cedo, se a integração do ego acontecer por reacções excessivas a choques com o meio. Neste caso, a criança estabelece um padrão de desconfiança e ataque que tem por base a ansiedade persecutória que não pode ser mitigada na ausência de um bom objecto interno protector, levando a criança a projectar os seus elementos persecutórios para o exterior. Estas pessoas necessitam assim de constantes choques com o meio para a manutenção precária e momentânea da integridade do seu ego, uma vez que foi assim que este se estabeleceu, mas também necessitam de constantes perseguições de elementos da realidade externa que justifiquem a sua permanente expectativa persecutória que, de outro modo, as faria sentir-se loucas.

E, neste quadro, poderemos imaginar a função psíquica de uma crença num sistema patriarcal. Esta crença permitiria ver nas ainda existentes desigualdades de direitos um excelente objecto para projecção dos elementos persecutórios internos, ampliando a sensação de injustiça, o que permitiria justificar as angústias internas dos indivíduos. Mas também poderia levar a que pessoas com menor tolerância aos seus elementos persecutórios delirassem os ataques masculinos, contra os quais podem reagir e atacar.

Este início de expectativa persecutória pode levar ainda a que não se dê o sucesso da posição depressiva. Nesse caso, dá-se uma total clivagem entre os elementos benéficos e maléficos da personalidade, que não são integrados, podendo ser atribuídos ao próprio género e ao género oposto, transformando todas as mulheres em boas e todos os homens em maus, ou vice versa. Chodorow (2012), faz uma análise kleiniana do género, referindo que pode ser construído em termos esquizo-paranóides, o que significará, a divisão total das características femininas e masculinas, umas consideradas boas e outras más, sendo o

género do próprio ou do outro imbuído de inveja destrutiva e experienciado em termos terrivelmente persecutórios (Chodorow, 2012).

Bracher (2009), na sua abordagem identitária aos problemas sociais, refere três mecanismos de defesa necessários para a manutenção de identidades frágeis, que podem estar por trás da continuidade de certas problemáticas sociais: a existência de grupos considerados subalternos permite aos indivíduos medir o seu estatuto por comparação com estes grupos inferiores, alcançando um sentido de self mais positivo – o que se pode aplicar na luta entre homens e mulheres, a ambas as partes – ; a projecção de características negativas que o indivíduo não pode reconhecer em si e que o levam a, inconscientemente, cultivar inimigos para que as possa externalizar – aspecto já por nós abordado na projecção dos aspectos persecutórios – ; e ainda o deslocamento, isto é, o redireccionar de sentimentos de medo e raiva e respectivas acções do seu alvo legítimo, para um menos assustador e mais acessível (Bracher, 2009). Sobre este último podemos indagar se o facto de se deslocar os conflitos internos e respectivos sentimentos negativos, para objectos externos que não são a causa real desses sentimentos, não será um subterfúgio utilizado por algumas feministas, para evitar a autoanálise, a responsabilidade e crescimento pessoais. E se esse é o caso, questionar qual a relação entre a pertença a estes grupos e a adesão a crenças patriarcais, e a real emancipação dos sujeitos? De que forma a falta de autoconhecimento e responsabilidade pessoal contribuem para a emancipação de alguém?

De acordo com Winnicott, sob condições apropriadas, a criança torna-se capaz de gerir o bom e o mau que tem dentro de si, sendo o mau utilizado na expressão de raiva e o bom no crescimento pessoal e a reparação. Nestas feministas que possivelmente deslocam os seus sentimentos negativos do alvo original, para o patriarcado, a raiva é evidente. Mas onde se encontra, nestes casos, o crescimento pessoal? Que utilidade dão às boas qualidades dentro de si? Estarão estes aspectos do self mais inacessíveis?

Convém, contudo, reforçar que estes processos de projecção e deslocamento de elementos persecutórios internos para a realidade externa são inconscientes, pelo que, não só as pessoas não o fazem intencionalmente, como não estão conscientes desse acontecimento, o que justifica a sua total credulidade na perseguição, neste caso, na dominação masculina. E ainda que, embora a disposição de expectativa persecutória resulte numa distorção da realidade, e muitas vezes em personalidades que se tornam agressivas, esta distorção e agressividade projectada só acontecem para proteger o sujeito daquilo que

interiormente é insuportável. E se se torna importante reconhecer este facto é porque geralmente não temos consciência do sofrimento que esconde este estilo de personalidade.

Deste ponto de vista podemos entender o feminismo do género de várias formas, tendo sempre em conta que um movimento é composto por pessoas que são diferentes entre si e que uma teoria nunca se aplica de igual modo a todos, nem pode nunca ser completa, mas igualmente, que as pessoas de um grupo se unem, contudo, pelas suas semelhanças, e que uma teoria, ao simplificar a realidade, também nos ajuda a compreendê-la. Colocamos a hipótese de uma utilização errada da detecção de intencionalidade num agente não intencional (o patriarcado). De que a maior resistência à mudança por parte destas pessoas as possa levar a ter dificuldade em apreciar as mudanças já estabelecidas no estatuto das mulheres. Que essa maior resistência à mudança possa relacionar-se com o estilo afectivo da pessoa que a leva a fixar-se nos aspectos negativos da experiência. E também a possibilidade do desenvolvimento de uma expectativa persecutória, que necessita, para o seu precário equilíbrio, de uma constante luta com elementos da realidade exterior, a quem culpa pelos seus sentimentos de mal estar. Sendo importante reflectir sobre o lugar da adesão a estes movimentos ideológicos na emancipação dos seus participantes, isto é, se contribuem para a mesma, ou se a impedem, prolongando o seu mal estar interior que, deslocado, continua desatendido.

E as tecnologias dos novos média referidas por Damásio podem ser um meio pelo qual este tipo de personalidade encontra eco, e a confirmação de que as suas suspeitas têm um motivo real, pois permitem criar nichos de opinião, onde a informação partilhada vai no sentido das crenças dos sujeitos. O que dificulta o teste às crenças que poderia vir do confronto com factos opostos da realidade mais abrangente. E o facto dos indivíduos actualmente se encontrarem exaustos pelo excesso de informação também propicia a que adiram às crenças e opiniões pré-definidas do grupo a que pertencem, sem as questionar.

#### III.4 Feminismo radical e dificuldades relacionais

As feministas radicais assumem, frequentemente, uma posição contra os relacionamentos entre homens e mulheres e contra o casamento em particular que, na sua opinião, é sempre um jogo de poder que pretende subjugar a mulher à dominação do homem. É certo que em tempos anteriores, a mulher passava a ser propriedade do marido,

não se podendo divorciar nem protestar perante todo o tipo de abusos. E em Portugal, viveu-se uma realidade semelhante até bastante tarde, só mudando a lei, inclusivamente em relação ao sufrágio universal, já amplamente conquistado noutros países, com a revolução de Abril de 1974. Mas hoje a realidade mudou. O divórcio está disponível a ambos os sexos, e os abusos são puníveis por lei. E, como refere Anthony Giddens (2008), o casamento tem vindo cada vez mais a transformar-se numa forma de relacionamento puro, isto é, num relacionamento cuja principal característica é a intimidade, num quadro de igualdade sexual e emocional (Giddens, 2008). Deste modo, o facto de o casamento continuar a ser considerado um palco de poder e subjugação masculina pode, por um lado, ser associado à resistência em reconhecer a mudança que teve lugar nos relacionamentos, por outro a uma expectativa persecutória que parte da constante premonição de ataque. Mas também podemos referir que esta postura não reconhece o facto de que um self complacente, e que mais facilmente se deixa subjugar, pode desenvolver-se igualmente num homem ou numa mulher e que se a violência doméstica a nível físico é mais praticada pelos homens, a violência psicológica poderá apresentar números mais igualitários.

O facto de estas construções identitárias mais precárias, de expectativa persecutória, apresentarem dificuldades ao nível dos relacionamentos pode ajudar a entender que tantas feministas radicais sejam contra o casamento, uma vez que este representa desafios mesmo para as personalidades mais maduras e saudáveis, e que se tornam impossíveis de enfrentar para estas pessoas. De acordo com Winnicott, o indivíduo saudável desenvolve a capacidade de preocupação, que lhe permite assumir responsabilidade sobretudo nos relacionamentos amorosos, onde os impulsos instintivos estão presentes e sempre colocam desafios. Mas esta capacidade só se desenvolve na presença de um bom objecto interno que permite o estabelecimento de relações maduras que fortalecem o ego em vez de o perturbar. Como explica Arundale,

for a person to allow him or herself to have the powerful, disrupting experience of falling in love and having sex is a trial to individual identity: self-boundaries are lost as the self is propelled into oneness with the other in the experience of passionate love, an experience that can engender the terror of losing the self completely and of not being able to find it again (2017, p. 114).

De modo que, por trás das críticas ao casamento, disfarçadas de “emancipação” e “independência” femininas, poderá existir uma fuga aos desafios do amor romântico, que

para estas personalidades representam dificuldades adicionais. Seguindo esta linha de pensamento Chodorow (2012) identifica nas afirmações de estudantes, colegas e pacientes, de que não terão filhos a não ser que os seus maridos concordem em metade do cuidado parental, ou de que a maternidade e trabalho são inconciliáveis na nossa cultura, a utilização de defesas feministas e culturais racionalizadas, para evitar explorar conflitos intrapsíquicos e ambivalência sobre a maternidade. E Arundale explica que no processo de construção da identidade que testemunha nos seus analisandos,

eventually, there is an urge in the individual, with his good object inside, to find his own life and new sources of goodness, freeing himself from unequal relationships and finding a self that is liberated from subservience to parents, teachers, all others (...) the person has, over time, developed a sense of identity and independence” (2017, p. 30).

E é nesta ideia de Arundale que podemos encontrar o significado mais profundo da emancipação defendido nesta dissertação, isto é, quando surge no indivíduo, com um bom objecto interno, vontade de procurar outras fontes igualmente boas, desenvolvendo o desejo e capacidade de se libertar das relações opressivas antigas, só possível quando se desenvolve o sentido de identidade e independência. Emancipação, deste ponto de vista, é individuação, é construção da identidade pessoal e independência de cada sujeito. Só a partir desta construção interna se pode construir a realidade externa de modo compatível com relações benéficas e igualitárias. Se não existe esta construção interna, a realidade externa não pode “dar” a liberdade que o indivíduo necessita internamente. E talvez por isso, para alguns, o propósito do feminismo esteja sempre incompleto, porque esperam que um movimento social lhes traga, externamente, aquilo que é uma necessidade interior.

Em suma, se feminismo do género – movimento que tem vindo a tornar-se predominante – se associa a uma expectativa persecutória e, por vezes, ao feminismo radical, despromovendo a credibilidade dos movimentos das mulheres, podemos entender melhor porque muitas mulheres que defendem a igualdade de direitos não se consideram feministas.

### III.5 Pós-modernismo, censura cultural e relação subjectiva com a realidade externa

E que podemos nós cogitar sobre as afirmações pós-modernas acerca da inexistência de um self estável ou coerente, da incapacidade da razão para distinguir as falsas crenças da verdade, e logo, da inaptidão da ciência para alcançar o conhecimento? E de que perante estes pressupostos, a narrativa dada como verdade numa sociedade é escolhida por aqueles que a dominam, levando a um questionamento de todas as grandes narrativas – explicações da realidade e sociedade – que já existiram? O que no caso específico de algum feminismo conduz a uma rejeição da ciência como fonte de conhecimento, ao fortalecimento das suspeitas patriarcais e heteronormativas e, no seu extremo, ao questionamento da realidade binária dos sexos?

O questionamento geral deste movimento poderia ser considerado, talvez, a sua maior qualidade. Como explica Damásio, a nossa tendência natural a resistir à mudança, leva-nos a procurar manter a mesma opinião, mesmo perante a apresentação de provas em contrário, pois é imune à inteligência e informação que a pessoa possa deter. E temos exemplos históricos suficientes, dos quais Galileu surge como representante intemporal, para reconhecer esta nossa necessidade de negar novos factos e a nossa resistência a mudar de opinião e de visão que temos do mundo. Nesse sentido, um movimento que procurasse contrariar essa resistência natural, poderia ser proveitoso. Poderia levar, por exemplo, a que a igualdade de direitos encontrasse menos resistência à sua implementação e pudesse ser abreviada no tempo.

A questão, contudo, coloca-se na forma como se dá este questionamento. Como refere Damásio, a resistência à mudança dá-se mesmo perante provas em contrário mas, se este movimento rejeita o conhecimento científico, de onde viriam as provas que podem contrariar os conhecimentos que o movimento produz? Concretamente, se o movimento pós-moderno defende que não existe sexo binário a não ser pela sua construção cultural, que tipo de argumento poderíamos utilizar para refutar esta ideia, se não podemos utilizar conhecimentos científicos? A suspeita de que não existe resposta a esta questão, coloca os conhecimentos produzidos desta forma mais ao nível do dogma inquestionável, que quaisquer grandes narrativas que possam ser refutadas pela ciência. E a influência do pós-modernismo nos movimentos feministas, nas políticas sociais e na academia, aproximar-se-á daquilo que poderá ser considerado uma ditadura de conhecimento, que exclui da área as



ciências que questionam as suas ideias, pois considera-as inválidas e com objectivos patriarcais – como a biologia, a psicologia experimental, a psicologia evolutiva, a psicanálise, a neurobiologia, a genética, entre outras – valorizando apenas aquelas que podem confirmar os seus pressupostos, como a sociologia, a filosofia e os estudos culturais. Esta exclusão curricular de algumas disciplinas e respectivos conhecimentos, e sobrevalorização de outras, está a impregnar o pensamento feminista desde a academia, à política e, através dos média a chegar à população geral. Se os movimentos feministas se centraram tanto na análise dos conteúdos culturais responsáveis pela socialização genderizada, agora utilizam a mesma táctica para disseminar a socialização *queer* e da neutralidade de género. Proliferam livros, filmes e séries – na Netflix, HBO e outros de alta popularidade actual – em que se apresentam “conversas” entre personagens, que o estudante dos estudos de género facilmente reconhece que poderiam ter sido retiradas do seu caderno de apontamentos. E frases como “fomos socializados para pensar ou sentir-nos desta forma” aparecem na boca dos personagens femininos ou homossexuais, numa tentativa de elucidar o leitor ou espectador sobre estas temáticas. Culturalmente, ficamos a perder, porque é visível quando um objecto cultural artístico se transforma numa forma de demagogia. E nem todos acreditamos que não exista diferença entre ambos.

Actualmente encontramos um policiamento de conteúdos culturais politicamente incorrectos (potencialmente machistas ou homofóbicos) que convida a um debate sobre a “igualdade” na liberdade de expressão artística e cultural<sup>25</sup>. Questionamos, uma mulher não pode ser caricaturada humoristicamente sem ser alegado machismo? Uma mulher negra é um alvo proibido do humor, sob a alçada de alegações feministas interseccionalistas? Nas

---

<sup>25</sup> Sobre esta questão apresentamos dois exemplos. O primeiro é o texto que Ricardo Araújo Pereira (2016) escreveu como resposta às críticas que lhe foram dirigidas por ter utilizado a palavra “mariconço”. O autor denuncia que hoje o contexto e a intenção com que uma palavra é dita são desvalorizados, num entendimento infantil da linguagem, que manifesta uma compulsão para literalidade que leva as pessoas a crer que as palavras têm apenas um significado. No seu brilhantismo humorístico esclarece que:

No meu mundo, no entanto, as palavras têm mais que um significado. Quando digo às minhas filhas que não sejam maricas, não estou a pedir-lhes que não sejam homossexuais masculinos. Elas sabem, aliás, que, se quiserem ser homossexuais masculinos, o pai não se opõe (Pereira, 2016, p. 114).

E critica satiricamente esta “desigualdade”: “considero que todas as pessoas independentemente da cor, género, religião ou orientação sexual podem ser achincalhadas. Sou pela igualdade” (Pereira, 2016, p. 114).

Um segundo exemplo encontra-se na recente polémica em torno da tenista Serena Williams (Staff, 2018). A tenista foi recentemente satirizada num cartoon que foca um momento em que parte deliberadamente a sua raquete, cartoon esse criticado por sexismo e racismo, por figuras públicas como J. K. Rowling, entre outras. Na semana anterior, o mesmo cartoonista, Mark Knight, havia satirizado o tenista Nick Kyrgios também devido ao seu mau comportamento, facto que não levantou qualquer questão na opinião pública, nem mesmo o facto de no cartoon (imagens 1 e 2, em anexo) o tenista ser levado pela orelha por uma mulher, como uma criança malcomportada (imagem que seria impensável se aplicada inversamente a uma mulher).

questões do género, já não importa o contexto e intenção com que uma palavra é utilizada? Existem agora palavras proibidas e grupos de pessoas intocáveis? Que igualdade estamos a construir neste sentido? Os exemplos descritos em rodapé pretendem evidenciar a necessidade de reflexão sobre a liberdade artística e sua relação com a “igualdade” de género, o efeito da censura cultural dos movimentos feministas, o que é considerado aceitável e politicamente correcto, e a criação de tabus face ao género e minorias sexuais.

Relativamente às questões sobre as “verdades” inalcançáveis ou parciais, Damásio afirma que a origem do sentido de verdade se encontra na detecção de discrepâncias de sentimentos e posteriormente de ideias abstractas, e que nesse sentido, a procura da verdade faz parte da natureza humana, assim como o desejo de estabelecer normas comportamentais com base nesses factos. Então, de onde poderá vir esta ideia de que não é possível distinguir a realidade objectiva da subjectiva?

Voltando à teoria de Winnicott, a determinada altura do desenvolvimento saudável, a criança começa a distinguir e a separar-se da realidade externa. O autor reconhece que sempre houve filósofos preocupados com o significado da palavra “real”, mas é da opinião de esta questão que toca todos os seres humanos, é uma descrição da forma como nos relacionamos inicialmente com o mundo externo. E que os bebés que tiveram oportunidade de ter a ilusão de criar o mundo, puderam posteriormente reconhecer que estão separados da realidade externa, não voltando deste modo, a preocupar-se com este problema filosófico. Mas que “babies with slightly less fortunate experiences are really bothered by the idea (...) For them the philosophical problem becomes and remains a vital one, a matter of life and death, of feeding or starvation, of love or isolation” (Winnicott, 1999, p. 115).

A ideia de que todo o conhecimento é subjectivo e não pode, consequentemente, apreender a realidade objectiva – a verdade – tem por base uma relação com o meio assente na subjectividade, que é anterior à conquista do relacionamento objectivo com a realidade, quando o indivíduo aceita a existência da realidade externa como separada de si. Uma vez que esta relação subjectiva com o meio existe quando a criança ainda se encontra num estado fusional com a mãe, e não tem definida uma realidade psíquica separada, será possível questionar se esta recusa de todas as narrativas existentes, presente no pós-modernismo, não estará relacionada com uma rejeição da fusão inicial, e com uma tentativa de afirmação de uma realidade psíquica pessoal, de uma individualidade não estabelecida? Será possível que nasça da necessidade de reivindicar uma identidade pessoal, que não se

chegou a formar? Num sentido semelhante ao movimento saudável que encontramos na adolescência, de contestação das posições paternas, para desenvolvimento da identidade pessoal? Será este contestar de todas as grandes narrativas um movimento semelhante a este, mas associado a um reivindicar de uma realidade psíquica não conquistada pela precoce incapacidade em distinguir a realidade objectiva?

Winnicott explica-nos que para que a criança desenvolva naturalmente uma organização do ego adaptada ao ambiente, o self verdadeiro tem de ser uma realidade. O que, neste quadro de indistinção entre realidade interna e externa, supomos que não o seja. E, de acordo com o autor, só o self verdadeiro permite ao indivíduo ser criativo e sentir-se real, ao passo que o falso self induz sentimentos de irreabilidade e futilidade. Será esta recusa das narrativas da realidade externa uma forma, inconsciente, de procurar um self verdadeiro, e uma realidade interna e externa palpáveis, quando o indivíduo tem sentimentos de irreabilidade e falsidade? Será, neste caso, o sentimento de falsidade e irreabilidade internas confundido com a falsidade e irreabilidade das grandes narrativas externas? Será este também um movimento de projecção dos aspectos negativos que o sujeito não pode suportar no seu interior para a realidade externa, que se torna falsa e inapreensível, tal como o indivíduo sente ser a sua realidade interna, da qual não pode tomar consciência? Se assim é, a defesa da inexistência de um self coerente e integrado é justificada, pois, nestes casos, a personalidade não se desenvolve com base num self verdadeiro nem na integridade e unidade do ego mas, possivelmente, na sua fragmentação.

De acordo com Horowitz (2014), as culturas modernas já não oferecem uma narrativa única tradicional sobre os modos de vida que possa guiar os indivíduos, mas fragmentos de narrativas diversas, que contêm complexas e contraditórias ideias sobre o que é valorizado e estigmatizado, que desafiam o indivíduo nas suas escolhas. Para o autor, a maturidade identitária não passa pelo total relativismo de valores opostos entre si, mas pela capacidade de escolha e prioridade dos valores que fazem sentido a cada indivíduo, de entre os variados e complexos valores que se apresentam nas sociedades actuais (Horowitz, 2014).

Isto não significa que o indivíduo em si tenha um self fragmentado ou que careça de coerência ou coesão. Hoje, mais do que nunca, a identidade do indivíduo – que já não beneficia do guia linear das tradições antigas – depende do estabelecimento do self verdadeiro para a sua construção. Se as narrativas antigas permitiam delinear um caminho

unidirecional que servia de base externa de guia identitário, hoje, a ausência deste guia externo, exige a construção de um guia interno estável, que só tem lugar pela consolidação do self verdadeiro em cada indivíduo, alimentado pelos seus sentimentos homeostáticos que o conduzem ao crescimento autêntico.

Deste modo, as identidades fragmentadas defendidas pelo pós-modernismo poderão ter menos que ver com as múltiplas e por vezes contraditórias possibilidades das sociedades modernas, e mais com a estrutura intrapsíquica do sujeito. A fragmentação de ser só tem lugar se a integração do ego da criança se dá pela persistente reacção disruptiva ao meio. E convém reforçar um aspecto: o self verdadeiro é único e coeso, resultando numa identidade sólida, em constante crescimento, que permite à pessoa ter uma variedade de gostos, interesses, capacidades, actividades, fantasias, e papéis sociais. O que caracteriza o self verdadeiro é a sua autenticidade, única em cada pessoa, e de modo algum significa a limitação da vida da pessoa num sentido apenas, sendo a rigidez na personalidade algo associado à patologia e não à saúde. São os falsos selfs que carecem de flexibilidade e se constituem com base em defesas rígidas que impedem o crescimento.

Mas seguindo uma outra linha de raciocínio, será esta ideia de um self fragmentado, uma confusão entre a mutabilidade do si nuclear e a estabilidade do si autobiográfico? Estarão as teorias pós-modernas, no que concerne às alegadas identidades fragmentadas, a confundir o paradoxo que Damásio refere do Si que muda constantemente, permanecendo o mesmo? Nesse caso, o que faria alguém centrar-se no seu si nuclear para uma formação identitária, em vez de no seu si autobiográfico? Que conteúdos factuais e emocionais teriam essas memórias, para ser preferível ter um self fragmentado, cambiante a cada momento, a permitir que as memórias passadas definam o sujeito? Estarão as memórias cruciais para a identidade, inacessíveis? Que defesas inconscientes poderão estar em jogo num cenário deste tipo? Damásio diz que a nossa sensação de conhecer é a essência de nos sentirmos nós mesmos. Será que perante a impossibilidade precoce de existência pela continuidade de ser, o sujeito procura desesperadamente esse sentimento de si, no conhecer nuclear de cada momento, fixando nele a sua identidade? Apenas podemos especular. Contudo, Damásio refere que o organismo tende sempre – diríamos, na saúde – a seleccionar rascunhos imaginados que sejam compatíveis com um si singular e unificado, pelas vantagens que apresenta para a nossa sanidade mental.

Relativamente à alegação de que o binarismo sexual é questionável, tendo em conta os factos científicos – na ausência de outra forma de argumentação válida para debater a ideia em questão – entre o sexo feminino e o masculino, existem variações a que se apelida de “intersexo”. Estas variações são hoje reconhecidas pela comunidade médica e científica, e estima-se que representem cerca de 1,7% da população geral (Fausto-Sterling, 2000), embora esta percentagem seja variável geograficamente, e inclua algumas variações que nunca vêm a ter sintomas ao longo da vida. Deste modo, é possível afirmar que cerca de 98,3% da população humana se divide entre homens e mulheres anatomicamente distintos, e que cerca de 1,7% da população apresenta características intersexo, sintomáticas ou silenciosas, que se diferenciam por uma mistura de características femininas e masculinas. Se estes casos intersexo podem ser considerados um terceiro sexo, ou até dar origem a cinco, ou se só podem ser considerados variantes dos únicos dois sexos existentes é um debate médico actual (Lusa, 2009), sem dúvida interessante, mas que para a nossa discussão talvez seja menos relevante. Pois, o facto de que a larga maioria da população se divide em dois sexos distintos, faz com que a recusa do reconhecimento deste facto seja igualmente uma recusa da realidade externa. E a defesa da sua inexistência só possa ser possível de acordo com argumentos pós-modernos que, recusando as ciências biológicas, pretendem construir uma concepção da realidade linguística e cultural.

Winnicott alerta para os casos em que o falso self se organiza num indivíduo com alto potencial intelectual, dando-se uma associação entre o falso self e a abordagem intelectual, desenvolvendo-se uma dissociação entre a actividade intelectual e a existência psicossomática. Será este tipo de teoria da recusa do sexo binário um tipo de explicação dada por pessoas com estas características, de alto potencial intelectual mas com um falso self estabelecido? Não encontramos nós esta dissociação entre actividade intelectual e existência psicossomática em teorias que negam a realidade biológica dos seres humanos?

Face a esta tentativa negar o binarismo dos sexos, ou das diferenças entre sexos, faz sentido mencionar a posição de Damásio quando refere que mesmo que a homeostasia básica não se preocupe com os conflitos entre grupos mais vastos, sobretudo se forem heterogéneos, a solução não poderá passar por uma tentativa de homogeneidade forçada das culturas, que considera tão inalcançável como indesejável, uma vez que ignora a realidade biológica de que indivíduos de um mesmo grupo étnico – e acrescentamos de cada sexo – diferem em termos de afecto e temperamento. O autor sugere, e esta

dissertação subscreve, que a solução não passará por tentar negar ou anular as nossas diferenças, mas por procurar coexistir e cooperar apesar do que nos diferencia.

Relativamente à alegação de que são as forças do poder da classe masculina dominante que decidem a verdade que é válida, uma vez que determinam o conhecimento da ciência, podemos colocar a hipótese de uma expectativa persecutória aliada à negação da realidade externa que acabámos de descrever. Se as ciências e narrativas são subjectivas, cultural, e linguisticamente produzidas – negando uma realidade objectiva passível de ser conhecida – então apenas o poder dos que dominam e querem subjugar a restante população pode prevalecer – numa expectativa persecutória, de constante ataque.

As hipóteses até aqui colocadas, sobre o reconhecimento dos padrões psicológicos que definem a forma como nos relacionamos com o mundo e que poderão ser predominantes nas pessoas que aderem a determinadas ideias, existem concomitantemente com o reconhecimento de que a ciência foi largamente utilizada no passado, e talvez ainda possa ser hoje, para justificar a subjugação das mulheres e das minorias sexuais. É facto histórico que as ciências da biologia, medicina, psicologia e psiquiatria foram utilizadas para ditar o que era considerado normal, e que em sociedades onde as mulheres deveriam ser submissas e obedientes, e todos os seres humanos heterossexuais, quem tivesse um comportamento atípico das relações de género fosse considerado louco, internado e “tratado” de acordo com a autoridade médica da sua época (Jesus, 2015).<sup>26</sup>

Porém, o reconhecimento de que a ciência foi utilizada – ou possa ainda sê-lo em determinados contextos – para justificar padrões desiguais de relacionamento e direitos entre homens e mulheres não é sinónimo de afirmar que a ciência só existe com essa função, e que não seja capaz de produzir conhecimento sobre a verdade. Que algumas pessoas utilizem malevolamente conhecimentos científicos não põe em causa os conhecimentos em si: a electricidade tem mais fins do que a cadeira eléctrica.

---

<sup>26</sup> Em Portugal, tivemos o famoso caso de Maria Adelaide Cunha, filha do fundador do Diário de Notícias, e casada com o então director do jornal, que em 1918, fugiu com o motorista por quem se havia enamorado e que foi, consequentemente, internada pela família num manicómio, e declarada louca pelas mais altas autoridades médias, que incluíram Júlio de Matos e Egas Moniz (Câncio, 2009). Caso que se tornou conhecido pelas figuras públicas envolvidas, mas que representa tantos outros semelhantes mais privados e, como tal, desconhecidos.

Em suma, relativamente às alegações pós-modernas, podemos colocar as hipóteses de que: a inexistência de um self estável e coerente só é uma realidade quando o self verdadeiro não se estabelece e a integração do ego se dá com base num padrão de fragmentação, e que os variados papéis desempenhados por cada indivíduo nas sociedades modernas, não significam em si uma identidade fragmentada, pois um self unitário e coeso abarca toda a riqueza pessoal do indivíduo que se pode traduzir em múltiplas manifestações; a indistinção entre falsas crenças e verdades objectivas é característica dos sujeitos que não estabeleceram uma distinção entre realidade interna, e objectiva externa, e a confusão entre ambas poderá impossibilitar o discernimento de factos objectivos; o questionamento da capacidade da ciência em produzir conhecimento verídico pode associar-se à crença onipotente de que apenas o sujeito pós-moderno é capaz de o fazer, ou à já referida impossibilidade de reconhecer a realidade externa e, como tal, reconhecer-lhe a apreensão pela ciência; e o pressuposto de que apenas o poder dominante decide o que é verdade, para subjugar os demais, pode partir de uma expectativa persecutória que vê o mundo em termos de defesa e ataque, de dominadores e subordinados.

Neste capítulo utilizaram-se as abordagens psicanalíticas e das neurociências para procurar entender algumas ideias e fenómenos presentes hoje nos movimentos feministas e nos estudos de género e lançar hipóteses de investigação e questões para reflexão. As hipóteses aqui desenhadas pretendem abrir o diálogo entre as teorias da identidade e os estudos de género, representando um exercício demonstrativo de como este diálogo pode contribuir para o entendimento destas temáticas. A aplicabilidade das hipóteses colocadas teria de ser investigada empírica e clinicamente, o que não faz parte dos objectivos desta dissertação teórica.

#### IV. Perspectivas de futuro e sugestões

*The world is changing faster than ever in our history. Our best hope for the future is to develop a new paradigm of human capacity to meet a new era of human existence. We need to evolve to a new appreciation of the importance of nurturing human talent along with an understanding of how talent express itself differently in every individual.*

Ken Robinson

Chegados a este ponto, torna-se claro que a perspectiva desta dissertação é de que por trás das questões associadas ao género encontram-se questões identitárias. A construção da identidade pessoal não é apenas o contexto mais abrangente em que se dá a construção do género subjectivo, mas a qualidade da sua construção poderá ser o que determina as necessidades identitárias que geram dificuldades de diálogo e desavenças entre os sexos e as teorias do género. De acordo com estes pressupostos, a emancipação e respectiva independência implícita, é entendida, em primeiro lugar, como individuação, isto é, como a construção da identidade pessoal do indivíduo. Só o sujeito individuado é emancipado; de contrário, permanece dependente de todo o tipo de constrangimentos sociais internalizados, não se libertando dos mesmos para viver uma existência autêntica. Neste sentido, as sugestões que serão apresentadas, vão menos na direcção da intervenção directa sobre o género, que se supõe desproblematizado no contexto da construção saudável da identidade, e mais no foco desta última.

##### IV.1 Perspectivas académicas

Esta dissertação pretende contribuir para uma maior pluralidade de perspectivas dentro dos estudos de género. Sugere-se uma maior inclusão dos estudos da identidade e da individualidade no âmbito das ciências sociais e nos estudos feministas e do género, dentro da academia. O que supõe a inclusão de disciplinas como a psicologia evolutiva, a psicanálise, a neurobiologia, a genética, entre outras, que venham complementar os conhecimentos sociais e culturais que já informam os estudos de género. Serve a presente



dissertação para promover o diálogo entre estes diferentes saberes e propor que, através desta interlocução, será possível aprofundar e melhor entender algumas das questões centrais ao ser humano, na sua relação consigo e com a sociedade, incluindo as questões hoje presentes nos estudos de género. Um entendimento mais completo da natureza humana, dos mecanismos implicados na construção da identidade individual e do género subjectivo, teria necessariamente implicações políticas, educacionais e pessoais, como propomos de seguida.

#### IV.2 Perspectivas políticas: promoção de ambiente suficientemente-bom

Em sintonia com as teorias abordadas, propomos um aumento da consciência pública para a importância da fase inicial de desenvolvimento e para as condições que permitem criar um “ambiente suficientemente bom”, diminuindo os elementos traumatogénicos, proporcionando a melhor oportunidade de desenvolvimento salutar e autêntico. Esta consciência pública geral, seria enfatizada nos pais e educadores, bem como nos legisladores. Aos pais caberá a tarefa intuitiva e empática de prestar cuidados adaptados que, no entanto, terão melhor probabilidade de ser bem sucedidos, se eles próprios tiverem uma rede de suporte. Deste modo, os conhecimentos a este nível poderiam conduzir ao incremento das políticas de apoio à natalidade, no sentido de providenciar aos pais as melhores condições para criar um ambiente adequado no início de vida dos seus filhos. Exemplos de uma acção política neste sentido poderiam ser 1) um aumento do tempo das licenças de maternidade e paternidade pagas, que permitiriam ao bebé usufruir durante mais tempo da presença estável do cuidador principal; 2) e toda a prestação de cuidados que pudessem ser oferecidos aos pais, desde o fornecimento de informação apropriada, a apoio financeiro e psicológico, para que eles mesmos usufruíssem de um suporte ambiental, que os auxiliasse a levar a cabo a sua função materna com sucesso; 3) passaria também pela formação dos educadores e dos profissionais que lidam com crianças nestas fases iniciais de desenvolvimento, para que estivessem tão informados quanto possível sobre as necessidades iniciais dos bebés.

Este aumento da consciência pública, acompanhado de políticas que criassem condições práticas de suporte neste período inicial, permitiria que as novas gerações tivessem uma maior probabilidade de ter um início de vida são, que lhes permita crescer

autenticamente, desenvolvendo talentos, interesses e características naturais, construindo, deste modo, uma identidade sólida, coesa e verdadeira, capaz de proporcionar uma relação consigo e com os outros adaptada, viva e significativa, assim como uma integração adaptada no meio pelo qual assumem a sua quota parte de responsabilidade. Um início de vida de acordo com estes parâmetros aumentaria as probabilidades de estas crianças e posteriores adultos virem a encontrar o seu “Elemento”, e a desenvolver “*grit*”, conceitos que abordaremos de seguida.

Alargando o conceito de “ambiente suficientemente bom”, as políticas sociais poderiam utilizar os conhecimentos da psicologia evolutiva e da construção identitária para implementar mudanças sociais duradouras, não só ao nível do início de vida, como ao nível da diminuição da violência (diminuindo os factores propulsores e aumentando as consequências punitivas), da educação (adaptada às diferenças cognitivas de cada género – e acrescentaria, de cada pessoa – uma educação personalizada, como veremos de seguida que defende Robinson), entre outros. A proposta é de que as políticas se centrem em criar um “ambiente suficientemente bom” que permita o desenvolvimento dos cidadãos, do nascimento ao fim de vida, e regule os comportamentos disruptivos.

#### IV.3 Perspectivas educacionais: educação para o elemento e para o *grit*

O foco na educação não é estranho ao feminismo e aos estudos de género, que têm vindo a defender uma educação para a neutralidade de género, ou uma pedagogia queer, que pretende introduzir identidades que questionem os binarismos, assim como *queerizar* (estranhar) o modo como o conhecimento binário é produzido (Louro, 2012). Aqui defendemos o investimento numa proposta educacional distinta, cuja principal missão seja auxiliar a criança ou jovem adulto na descoberta e desenvolvimento das suas capacidades e interesses naturais.

Ken Robinson, conselheiro governamental internacional na área da educação, defende a importância da descoberta do “elemento” tanto na vida de cada pessoa, como no seu contributo para a comunidade. Este conceito, à semelhança das teorias de Winnicott, reúne as noções de self verdadeiro, criatividade, talentos naturais e construção da identidade. De acordo com Robinson e Aronica (2009), todos nascemos com capacidades naturais com as quais vamos perdendo contacto à medida que crescemos e muitas pessoas

nunca chegam a conectar-se com os seus verdadeiros talentos, nem a saber o que realmente são capazes de alcançar, o que de acordo com os autores significa que, nunca vêm a saber quem realmente são.

Deste modo, os autores definem o “elemento” como “the meeting point between natural aptitude and personal passion” (Robinson & Aronica, 2009, p. 21), que permite às pessoas fazer aquilo que as apaixona, sentindo-se o seu self mais autêntico, e conectando-se com o seu sentido de identidade, propósito e bem-estar. Os autores são da opinião de que encontrar e desenvolver as nossas forças criativas é uma parte essencial de nos tornarmos quem realmente somos, pois não sabemos quem podemos ser, até saber o que somos capazes de fazer. Definem “creativity as applied imagination” (Robinson & Aronica, 2009, p. 67), uma vez que a criatividade coloca a imaginação – que pode ser puramente interna – a trabalhar para criar algo novo, inventando novas soluções para problemas. E quando exploram o funcionamento da criatividade, focam aspectos igualmente referidos por Winnicott e Damásio, tais como o relaxamento e a capacidade de brincar.

De acordo com Robinson e Aronica (2009) ser criativo implica fazer novas conexões que nos permitem ver novas coisas, através de novas perspectivas. E defendem que “whatever gender differences there may be in everyday thinking, creativity is always a dynamic process that may draw on many different ways of thinking at the same time” (Robinson & Aronica, 2009, p. 79). O que constitui uma posição importante, pois, assumem que podem existir diferenças nos modos de pensamento entre os sexos, mas ao valorizarem o contributo individual de cada ser humano e o seu modo de pensamento único, desvalorizam essas diferenças. De acordo com os autores, estar no “elemento” é utilizar o tipo particular de inteligência de cada indivíduo de forma óptima. Deste modo, não existe um modo de pensamento ideal que possa ser hierarquicamente comparado a outro, pois o único modo de pensamento mais vantajoso é aquele que é mais natural para cada pessoa. Ou seja, no reino da criatividade e da vivência autêntica, não existe hierarquia de género, mas diferentes contributos que se enriquecem mutuamente. Posição igualmente defendida por Damásio e por Winnicott.

Defendem ainda que a criatividade tem um alcance altamente profundo, pois não afecta apenas aquilo que colocamos no mundo, mas também a forma como o entendemos, como o pensamos e o sentimos. Ideia que se encontra em sintonia com a teoria de Winnicott, que refere que a criatividade é o modo de estar no mundo em que o sujeito

utiliza a totalidade da sua personalidade, em oposição à conformidade, que é uma base patológica para a existência. De facto, Robinson afirma “the element is about discovering yourself, and you can’t do this if you’re trapped in a compulsion to conform.” (Robinson & Aronica, 2009, p.147-148). E, igualmente que,

one of the strongest signs of being in the zone is a sense of freedom and authenticity. When we are doing something that we love and are naturally good at, we are much more likely to feel centered in our true sense of self – to be who we feel we truly are. When we are in our Element, we feel we are doing what we are meant to be doing and being who we’re meant to be (Robinson & Aronica, 2009, p. 90).

De acordo com os autores, a experiência de estar no elemento é empoderadora pelo sentimento de profunda conexão com o sentido de identidade da pessoa, que deriva de um estado de relaxamento, de uma sensação de total naturalidade naquilo que está a fazer, e de um sentido profundo de ser si mesmo.

Esta paixão pelo que se faz é também referida por Angela Duckworth (2017), que explica que a chave para o sucesso em qualquer área é o “*grit*”, isto é, a combinação da paixão com a perseverança, de um interesse forte e motivador com uma atitude de não desistência. De acordo com a autora, para quem “*our potential is one thing. What we do with it is quite another*” (Duckworth, 2017, p. 14), independentemente da especificidade de cada área, as pessoas que são altamente bem sucedidas têm um tipo de determinação que acontece pela soma de dois factores: são pessoas incomumente resilientes e trabalhadoras, e têm um sentido muito profundo do que querem, isto é, têm determinação e direcção. Duckworth (2017) não nega a importância do talento, mas reforça o valor do esforço, do trabalho contínuo e da capacidade de prosseguir apesar dos obstáculos. De acordo com a autora, sem esta perseverança o potencial nunca chega a desenvolver-se, contudo, só conseguimos ter esta capacidade de trabalho perante uma actividade que intrinsecamente nos apaixone. E, se no início desconhecemos a nossa paixão, a resiliência poderá focar-se exclusivamente em descobri-la. Para alguns de nós, o reconhecimento dos nossos interesses e paixões mais profundos pode chegar mais tarde do que para outros. E só a perseverança garante o sucesso da busca, e mais tarde, do desenvolvimento das aptidões relacionadas com esse nosso interesse, estando presente em todos os passos do processo. Contudo, se Robinson foca mais o talento e Duckworth mais o trabalho resiliente, ambas as qualidades

estão presentes nos trabalhos dos dois autores, que enfatizam do mesmo modo o investimento naquilo que apaixona cada indivíduo. Deste modo, o foco ou direcção, que nos dá o nosso “elemento” ou o nosso “*grit*”, é um guia profundo interno sobre quem somos e para onde nos queremos dirigir. Conhecer as nossas paixões mais profundas e desenvolvê-las é um processo que faz parte da construção autêntica da nossa identidade. Para o sucesso deste processo todos os autores, de Winnicott a Damásio, de Robinson a Duckworth, focam o brincar como essencial, na descoberta de si mesmo, e dos interesses de cada um.

Um aspecto importante referido por Robinson e Aronica (2009) prende-se com a pertença a grupos. Encontrar o elemento muitas vezes passa por encontrar as pessoas com quem podemos partilhar a nossa paixão e o desejo de fazer o melhor de nós mesmos através dela. Contudo, a pertença a grupos também pode ter o efeito inverso, quando conduz a uma desindividuação, isto é, ao perder do sentido de identidade pessoal, que leva a acções que nos afastam do nosso verdadeiro self. Podemos então perguntar, o que significa para cada pessoa pertencer a um movimento feminista ou de género? O encontro com as pessoas que promovem a nossa identidade pessoal por uma paixão partilhada? A perda da identidade pessoal por adesão às ideias do grupo em detrimento das nossas? Ou ainda, acrescentaria, o “ganho” de uma identidade social e foco que camufla a ausência de uma identidade pessoal e direcção mais profunda e autêntica? Em suma, promove a emancipação da pessoa, ou retarda-a?

Robinson e Aronica (2009) referem que existem, contudo, obstáculos a encontrar e viver o nosso elemento. Do ponto de vista pessoal, enfatizam o medo e a falta de autoconfiança; na esfera social próxima, a influência da família e amigos, que poderão desaprovar os interesses do indivíduo, assim como a coragem do indivíduo em deixar este círculo para ir em busca do seu elemento; e, por último, a importância das culturas e dos seus sistemas de permissões e constrangimentos que muitas vezes inibem o indivíduo de encontrar o seu elemento, quando a sua paixão entra em conflito com o contexto. Acrescentamos que qualquer um destes obstáculos, a diferentes níveis, tem influência na construção da identidade e nos propósitos de emancipação das mulheres e dos homens.

O autores referem ainda que actualmente centenas de milhar de pessoas necessitam de antidepressivos e outros tipos de fármacos para tratamento de distúrbios emocionais – sendo Portugal o terceiro maior consumidor de antidepressivos no ranking mundial (Duarte,

2015). E que a dependência de drogas prescritas e álcool está a aumentar sobretudo nos jovens, assim como a taxa de suicídios. De acordo com a Organização Mundial de Saúde, 800 mil pessoas morrem por suicídio anualmente, sendo esta a segunda maior causa de morte actualmente nas pessoas entre os 15 e os 29 anos, e sendo o número de mortes por suicídio no mundo inteiro superior à soma do número de mortes por conflito armado e violência interpessoal (Robinson & Aronica, 2009; World Health Organization, 2014) – Um aspecto sobre o qual pode ser interessante reflectir é que globalmente, neste planeta onde supostamente prima o patriarcado, os homens suicidam-se significativamente mais que as mulheres. – De acordo com os autores, este cenário exige uma mudança global de uma perspectiva mecanicista para uma perspectiva mais orgânica do crescimento e desenvolvimento humano, que reconheça e priorize a descoberta do Elemento de cada indivíduo.

E defendem que o futuro da educação passará não por estandardizar mas por costumizar, não por promover o pensamento grupal e desindividuação, mas por cultivar a real profundidade e dinamismo das capacidades humanas de todos os tipos. O que na sua concepção significa que a educação do futuro terá de ser “elemental”<sup>27</sup>, pois no formato presente muitas pessoas passam por todo o sistema educativo sem realmente descobrir os seus verdadeiros talentos e interesses. Duckworth (2017) descreve como o *grit* pode crescer em cada indivíduo, e também como é igualmente educável, através de uma “parentalidade sábia”, um misto de exigência e suporte, que promove a resiliência na procura e desenvolvimento dos interesse pessoais, que pode ser exercido igualmente por pais, educadores e professores.

#### V.4 Perspectivas psicanalíticas e psicoterapêuticas

Por último, abordaremos as perspectivas mais pessoais. Tal como Damásio afirma que a nossa memória autobiográfica está em constante reformulação, Winnicott garante que, por mais escondido que esteja, o verdadeiro self nunca desaparece realmente, podendo sempre ser restaurado, também Robinson esclarece que temos mais oportunidades de descobrir o nosso elemento ao longo da vida do que geralmente

---

<sup>27</sup> Para uma leitura mais aprofundada do que significa uma educação “elemental”, consultar “Creative schools: the grassroots revolution that’s transforming education” (Robinson & Aronica, 2015).

pensamos, e Duckworth defende que o *grit* cresce e amadurece e pode ser activamente desenvolvido.

Mas, e aquelas pessoas cuja reformulação de memórias é gerida por um estilo afectivo que não as beneficia, que não conseguem imaginar o que significaria uma vida mais autêntica, ou que não só não encontraram o seu elemento, como não têm a perseverança necessária para o procurar? Que já têm uma idade adulta, e portanto, em princípio, dependem menos de pais e professores para os passos que decidem dar? Como refere Winnicott, têm de encontrar as condições em que o seu self verdadeiro possa tornar-se uma realidade, o que se pode considerar o principal objectivo de uma psicanálise.

Para Arundale (2017), que afirma que “ter uma identidade” implica conhecer-se a si mesmo e ter uma existência autêntica, o objectivo da psicanálise é derrubar falsos conceitos de self e adquirir a capacidade de ter relacionamentos genuínos. A autora reconhece que uma grande proporção do que fazemos e somos é inconsciente, e que podemos andar sonâmbulos durante uma vida inteira se não fizermos um esforço para estar conscientes. Explica que a psicanálise utiliza a associação livre

to connect thought and feeling, to increase the capacity to tolerate affect and to feel more emotionally alive, to uncover unconscious beliefs and emotional patterns, to identify needs, excavate unconscious aspirations and nascent desires, and thereby release the mind’s freedom and creativity” (Arundale, 2017, p. xvi).

E acrescenta que, tendo em conta que uma identidade sólida não é um dado adquirido, e que o self pode ser perdido, deformado, dividido em partes ou falseado, a psicanálise é um método particularmente adequado para a tarefa de “finding or refinding the self and establishing an identity if that has not developed or has been lost, fragmented, or become unreal” (Arundale, 2017, p. 1). A autora reconhece que as identidades de género, sexual, racial ou nacional são importantes para muitas pessoas, e que as políticas identitárias e os movimentos políticos possam ser formas de encontrar identidades pessoais, genuínas ou simuladas, contudo, acredita ser sempre a identidade única individual a principal questão.

O que pretendemos enfatizar é o reconhecimento da importância do desenvolvimento precoce na construção da personalidade e identidade; a noção de que o início do estabelecimento do self verdadeiro dá-se na primeira infância, mas o seu crescimento acontece ao longo de toda a vida, bem como a possibilidade da sua

recuperação; e o igual conhecimento de que, na ausência de um início de vida tão propício à saúde e crescimento, ou em caso de séria interrupção da vivência do self autêntico, existe sempre a possibilidade de reconstruir a identidade de modo a que se torne genuinamente nossa.



## Considerações finais

Identificam-se as seguintes limitações nesta dissertação: 1) sobre os estudos apresentados no primeiro capítulo por Pinker e Spelke foram referidas as conclusões e argumentos utilizados, mas não foram revistos com a minúcia necessária cada um dos estudos e respectivas metodologias. A revisão metodológica é uma chave central ao desenvolvimento dos estudos de género, que sem dúvida exponenciaria os contributos desta tese. Contudo, de acordo com os objectivos da presente dissertação e face ao limite temporal e espacial da mesma, uma apresentação do estado actual das teorias do género foi considerada suficiente, tendo o seu escrutínio que ser realizado noutro momento; 2) no segundo capítulo são apresentadas as teorias da identidade de Winnicott e Damásio. Não sendo a autora psicanalista ou neurocientista, salvaguarda alguma interpretação errónea das mesmas, apesar do seu esforço em reproduzi-las tal como descritas pelos autores.

O título desta dissertação inicia-se com a palavra “emancipação”, acompanhada de um ponto de interrogação. Deveria antes acompanhar-se de um ponto final, ou mesmo de um ponto de exclamação: Emancipação! A única interrogação pretendida relacionava-se com o significado da palavra, não com o questionamento da sua necessidade.

O feminismo e os estudos de género atravessam tempos conturbados. Uma voz em tempos uníssona, no sentido da igualdade de direitos entre homens e mulheres, está hoje dividida entre diferentes teorias sobre o género. Se as ideologias hoje predominantes, defendem a construção primordialmente social e cultural do género, coexistem com as mais silenciadas, mas não totalmente omissas teorias sobre o determinismo biológico do mesmo. E num contexto que apresentava já a sua complexidade, entraram ainda as doutrinas que questionam não só o binarismo do género, como do sexo biológico, com uma recusa da ciência que não promoveu o avanço no entendimento do fenómeno em questão.

No meio deste cenário algo confuso, é feito um convite à reflexão sobre o significado da palavra emancipação, desde sempre ligada ao feminismo e aos propósitos do movimento das mulheres. Questionando os determinismos sociais e biológicos, que são incompletos e tornam o indivíduo passivo, foram abordadas as teorias de construção da identidade, neurocientíficas e psicanalíticas, na esperança de lançar alguma luz sobre a problemática. Neste sentido, é proposto que a verdadeira emancipação é pessoal, e advém da construção da identidade do indivíduo, quando este a constrói de forma autêntica, deste modo,

“emancipando-se” das influências que o condicionam e o induzem, muitas vezes, inconscientemente, a levar a sua vida de acordo com os outros – sejam eles os pais, os amigos, a sociedade mais abrangente, ou os géneros – e não de acordo consigo mesmo. É assim defendido que a emancipação, ou individuação, é um processo pelo qual podem e devem passar tanto homens como mulheres, e que depende, antes de mais, da construção madura da sua identidade pessoal. Deste modo, é argumentado que as relações entre os sexos ou a vivência dos géneros, é determinada, em primeiro lugar, pelo grau de emancipação pessoal de cada indivíduo, que se manifesta na (des)igualdade dos seus relacionamentos, e nas suas escolhas de vida. E ainda, que este processo identitário e emancipatório é algo que começa quando nascemos e só termina, na sua totalidade, quando morremos, sendo, na saúde, amadurecido de acordo com a idade de cada sujeito. O indivíduo saudável, cresce ao longo de toda a sua vida. Contudo, reconhecendo que existem condições propícias ou desfavoráveis a que este processo se dê de forma saudável, com especial relevo aos processos maturacionais no início de vida, são propostas várias hipóteses de possíveis soluções que poderão contribuir para que as comunidades venham a ter mais indivíduos emancipados.

Se as questões apresentadas pelo feminismo e estudos de género focam sobretudo as mulheres e as minorias sexuais, as teorias da identidade apresentadas dirigem-se ao ser humano. E o processo de construção da identidade pessoal, de real emancipação, é um desafio que todo o ser humano enfrenta, com maior ou menor consciência. O que aconteceria ao género e às suas problemáticas, se nos concentrássemos em criar as condições para que cada ser humano possa crescer para ser quem é? Para que cada pessoa se desenvolva genuinamente, perseverante na busca e desenvolvimento dos seus interesses, talentos e relacionamentos, na construção autêntica da sua personalidade? Qual a relevância das problemáticas do género neste contexto, conseguimos imaginar? E qual o papel da academia na (des)promoção deste cenário?

Aumentar a consciência sobre a importância destes processos, para pais, educadores, professores, políticos, bem como para cada sujeito, seria um passo na direcção do sucesso. O que implicaria uma mudança de paradigma a diversos níveis, que iria desde a forma como olhamos para a natureza humana, para as suas capacidades e talentos, até ao questionamento do lugar da educação na civilização.

Estou certa de que podemos fazer muito melhor.

## Referências

- Archer, J. & Lloyd, B. (2002) *Sex and gender*. New York, Cambridge University Press.
- Arundale, J. (2017). *Identity, narcissism, and the other: object relations and their obstacles*. London, Karnac Books.
- Beauvoir, S. (2016). *O segundo sexo*. Lisboa, Quetzal editors. (original publicado em 1949)
- Bracher, M. (2009). Social symptoms of identity needs. London, Karnac Books.
- Butler, J. (2017). *Problemas de género*. Lisboa, Orfeu negro. (original publicado em 1990)
- Câncio, F. (2009, Fevereiro 21). *Quis fazer justiça a uma mulher extraordinária*. Diário de Notícias. Disponível em: <https://www.dn.pt/gente/interior/quis-fazer-justica-a-uma-mulher-extraordinaria-1150879.html>
- Chodorow, N. (2012) *Individualizing gender and sexuality*. New York, Routledge.
- Cixous, H., Cohen, K. & Cohen, P. (1976). The Laugh of the Medusa. *Signs*, 1(4), 875-893.
- Cronin, H. (2000, Agosto 29). *Getting human nature right: a talk with Elena Crionin*. Edge. Disponível em [https://www.edge.org/conversation/helena\\_cronin-getting-human-nature-right](https://www.edge.org/conversation/helena_cronin-getting-human-nature-right)
- Cronin, H. (2008, Junho 8). *La batalla de los sexos* (Punset, E, entrevistador). Redes, 7(8), 1-7. Disponível em <https://www.redesparalaciencia.com/wp-content/uploads/2008/06/entrev007.pdf>
- Daly, M. & Wilson, M. (1997). Crime and conflict: homicide in evolutionary psychological perspective. *Crime & Justice*, 22, 51-100.
- Daly, M. & Wilson, M. (2017). *Homicide*. New York: Routledge (original publicado em 1988).
- Damásio, A. (2008). *O sentimento de si: o corpo, a emoção e a neurobiologia da consciência*. Mem Martins: Publicações Europa-América (original publicado em 1999).
- Damásio, A. (2010). *O livro da consciência: a construção do cérebro consciente*. Lisboa: Temas e debates.
- Damásio, A. (2017). *A estranha ordem das coisas: a vida, os sentimentos e as culturas humanas*. Lisboa: Temas e debates.
- Duarte, R. (2015, Novembro 16). *Portugal é o terceiro país no mundo onde se consome mais antidepressivos*. TSF. Disponível em: <https://www.tsf.pt/sociedade/saude/interior/portugal-e-o-terceiro-pais-no-mundo->

[onde-se-consome-mais-antidepressivos-4887695.html](https://www.priberam.pt/dlpo/emancipar)

Dicionário Priberam (n.d.) *Emancipar*. Disponível em:  
<https://www.priberam.pt/dlpo/emancipar>

Duckworth, A. (2017). *Grit: why passion and resilience are the secrets to success*. London: Vermilion.

Fausto-Sterling, A. (2000). *Sexing the body: gender politics and the construction of sexuality*. New York: Basic books.

Flax, J. (1987). Postmodernism and gender relations in feminist theory. *Signs*, 12(4), 621-643.

Flor, A. (2017, Outubro 22). Mulheres vão apresentar queixa contra juiz que desculpa agressão devido a adultério. *Público*. Disponível em:  
<https://www.publico.pt/2017/10/22/sociedade/noticia/decisao-que-desculpa-agressao-devido-a-adulterio-coloca-a-vida-de-muitas-mulheres-em-risco-1789851>

Giggins, A. (2008). *The tranformation of intimacy: sexuality, love & eroticism in modern societies*. Cambridge: Polity (original publicado em 1992).

Horowitz, M. (2014). *Identity And The New Psychoanalytic Explorations Of Self-Organization*. London, Taylor and Francis.

Irigaray, L. (1977). *Ce sexe qui n'en est pas un*. Paris: Les éditions de minuit.

Jesus, I. H. (2015). Alguns apontamentos da mitologia das “loucas”. In: A. N. Pena, M. J. Relvas, R. C. Fonseca & T. Casal (Eds.), *Revisitar o mito* (pp. 413-422). Famalicão: Húmos.

Louro, G. (2012) *Os estudos queer e educação no Brasil: articulações, tensões, resistências*. Contemporânea, 2, 2, 363-9

Lusa (2009, Outubro 9). Existência de cinco sexos não é consensual. Diário de notícias. Disponível em: <https://www.dn.pt/ciencia/saude/interior/existencia-de-cinco-sexos-nao-e-consensual-1385711.html>

Maccoby, E. & Jacklin, C. (1987). Gender segregation in childhood. In: H. W. Reese (Ed.), *Advances in child development and behavior*, vol. 20 (pp. 239-287). New York: Cambridge University Press.

Mandel, D. (2014). The psychology of Bayesian reasoning. *Frontiers in psychology*, 5, 1-4.

Staff (2018, Setembro 12). Cartoonist suspends twitter account amid Serena Williams backlash. *News.com.au* Disponível em:

<https://www.news.com.au/sport/tennis/herald-sun-backs-mark-knights-cartoon-on-serena-williams/news-story/594b06bcafa578d667f679e490b85091>

Paikin, S. (2016). *Gender, rights and freedom of speech*. The agenda with Steve Paikin. Canada: TVO. Vídeo disponível em: <https://tvo.org/video/programs/the-agenda-with-steve-paikin/genders-rights-and-freedom-of-speech>

Pereira, R. (2016, 15 Dezembro). Mariquice linguística. *Visão*, 114.

Peters, M. (2000). Pós-estruturalismo e filosofia da diferença. Belo horizonte: Autêntica editora.

Pinker, S. (2002). *The blank slate: the modern denial of human nature*. London: Penguin Books.

Pinker, S., & Spelke, E. (2005). *A Conversation with Steven Pinker and Elizabeth Spelke*. The Science of Gender and Science. Massachusetts, Harvard University. Disponível em [https://www.edge.org/3rd\\_culture/debate05/debate05\\_index.html](https://www.edge.org/3rd_culture/debate05/debate05_index.html)

PORDATA (n.d.) Mulheres no total de alunos matriculados (ISCED 5-8): total e por área de educação (%). Disponível em: [https://www.pordata.pt/Europa/Mulheres+no+total+de+alunos+matriculados+\(ISCED+5+8\)+total+e+por+%C3%A1rea+de+educa%C3%A7%C3%A3o+\(percentagem\)-1305-213878](https://www.pordata.pt/Europa/Mulheres+no+total+de+alunos+matriculados+(ISCED+5+8)+total+e+por+%C3%A1rea+de+educa%C3%A7%C3%A3o+(percentagem)-1305-213878)

Robinson, K. & Aronica, L. (2009). *The element*. London: Peguin Books.

Robinson, K. & Aronica, L. (2015). *Creative schools: the grassroots revolution that's transforming education*. London: Peguin Books.

Sommers, C. (1994). *Who stole feminism: How women have betrayed women*. New York: Simon and Chuster.

World Health Organization (2014) *Preventing suicide: a global imperative*. WHO Library Cataloguing-in-Publication Data. Disponível em: <https://www.lifeline.org.au/static/uploads/files/who-report-preventing-suicide-wfsichcusrsc.pdf>

Winnicott, D. (1999). *Human nature*. London: Free association books. (original publicado em 1988).

Winnicott, D. (2005). *Playing and reality*. London: Routledge (original publicado em 1971).

Winnicott, D. (2007). *The maturational processes and the facilitating environment*. London: Karnak (original publicado em 1965).

Woolf, V. (1929). *A room of one's own*. Feedbooks (eBook). Disponível em:  
<http://gutenberg.org>

## Anexos

### TABELAS

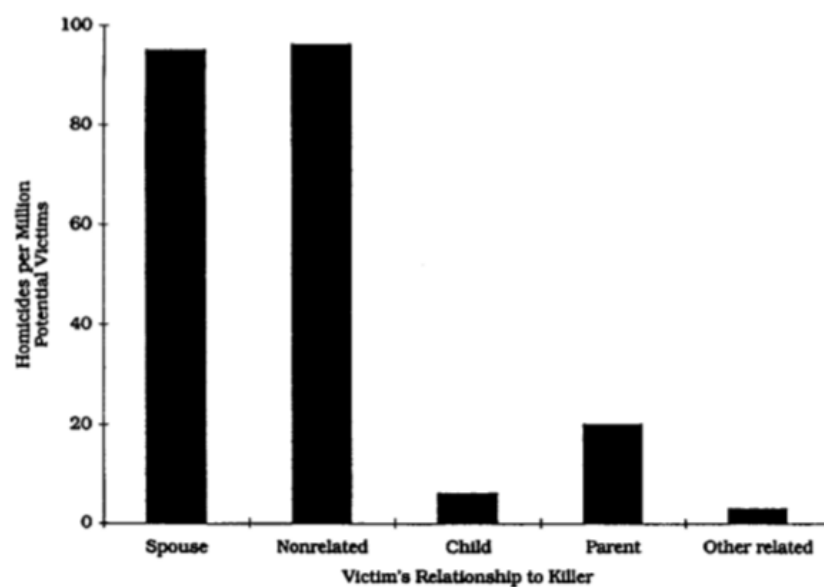
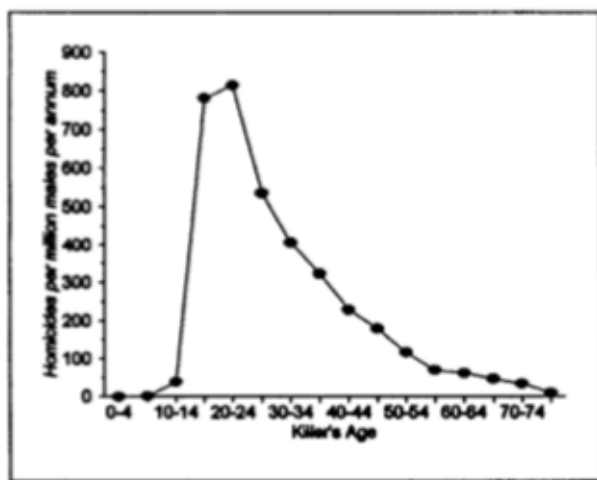


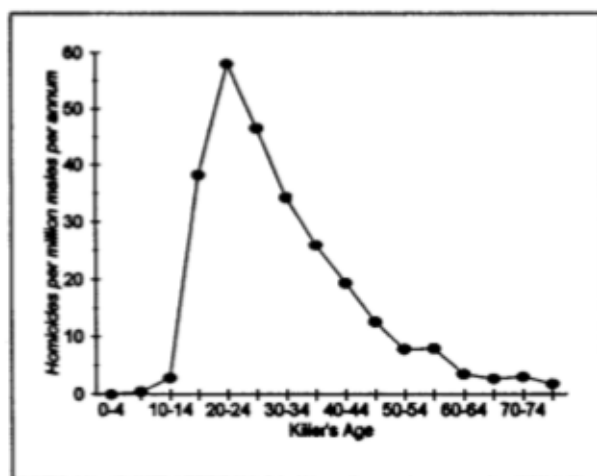
Tabela 1: Taxas de homicídio em que vítima e assassino coabitam, em Detroit em 1972 (Daly e Wilson, 1997).

Location/Society	Periods of Study	Male	Female
Chicago	1965-81	7439	195
Detroit	1972	316	11
Miami	1980	358	0
Canada	1974-83	2387	59
England and Wales	1977-86	2195	95
Scotland	1953-74	143	5
Iceland	1946-70	7	0
A Mayan Village (Mexico)	1938-65	15	0
Bison-Horn Maria (India)	1920-41	36	1
Munda (India)		34	0
Oraon (India)		26	0
Bhil (India)	1971-75	50	1
Tiv (Nigeria)	1931-49	74	1
BaSoga (Uganda)	1952-54	38	0
Gisu (Uganda)	1948-54	44	2
BaLuyia (Kenya)	1949-54	65	3
Banyoro (Uganda)	1936-55	9	1
JoLuo (Kenya)	1949	22	2
Alur (Uganda)	1945-54	33	1
!Kung San (Botswana)	1920-55	12	0

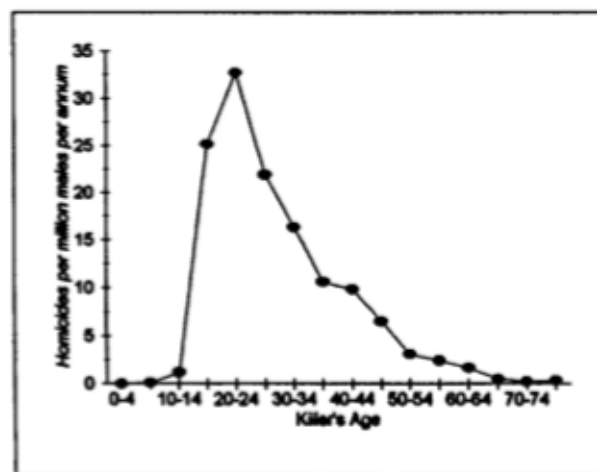
Tabela 2: número de homicídios a pessoas do mesmo sexo não familiares (Daly e Wilson, 1997).



*a, Chicago, 1965-89*



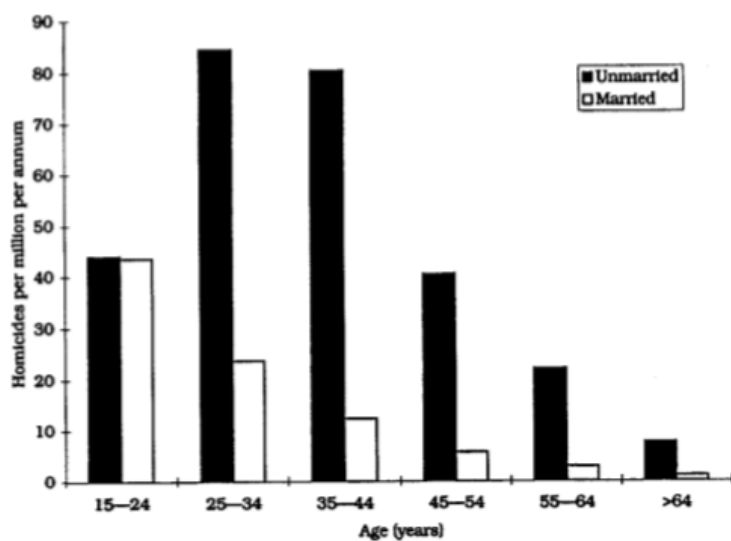
*b, Canada, 1974-92*



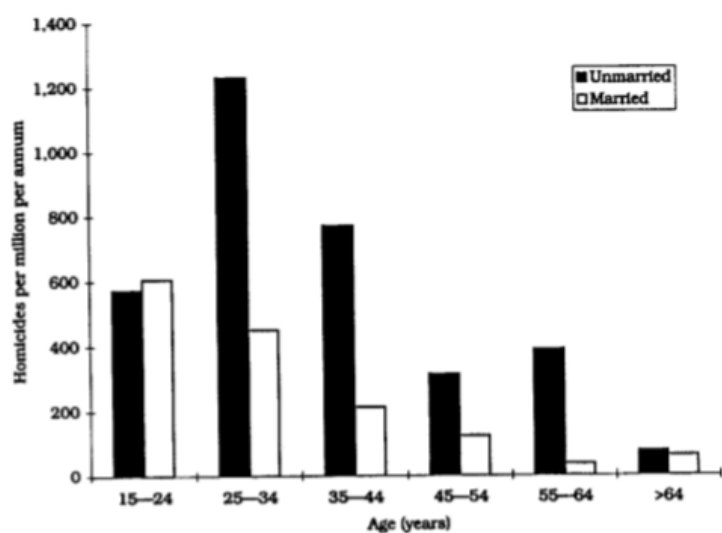
*c, England and Wales, 1977-90*

Tabela 3: estatísticas etárias de todos os dados conhecidos pela polícia de homens que assassinaram homens não familiares, em dados de três locais distintos familiares (Daly e Wilson, 1997).





*a*



*b*

Tabela 4: taxas relativas à idade de assassinos homens casados e não casados, no Canadá e em Detroit (Daly e Wilson, 1997).

## FIGURAS

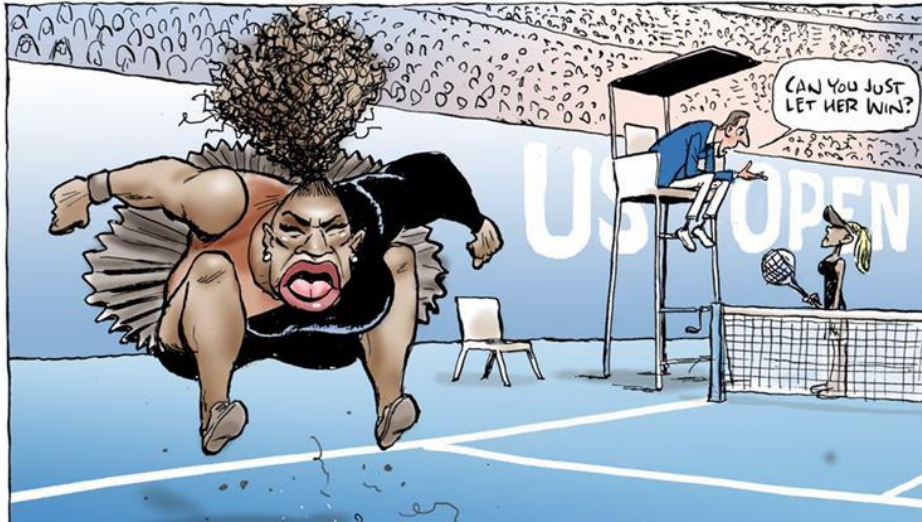


Figura 1: Cartoon de Mark Knight sobre Serena Williams (publicado em Herald Sun, retirado de Staff, 2018).



Figura 2: : Cartoon de Mark Knight sobre Nick Kyrgios (publicado em Herald Sun, retirado de Staff, 2018).